

Sicredi e Banco do Brasil lançam linha de financiamento com apoio da Câmara Setorial de Equipamentos para Armazenagem de Grãos. P.22



Informmaq

ARTIGO / ROBSON B. DE ANDRADE / P.26



O Brasil não pode prescindir de um BNDES forte

PUBLICAÇÃO DO SISTEMA ABIMAQ: ABIMAQ - SINDIMAQ - IPDMAQ - NÚMERO 253 | ABRIL DE 2021 | ANO XXIII

ABASTECIMENTO DO AÇO E POLÍTICA INDUSTRIAL SÃO DEBATIDOS EM ENCONTRO EMPRESARIAL

O objetivo dos encontros, realizado no mês de março em todas unidades da ABIMAQ de Minas Gerais, Vale do Paraíba, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Norte Nordeste foi abrir um local de diálogo sobre assuntos de interesse para as empresas associadas. P.11



ABIMAQ EM AÇÃO / Ps. 3 e 4

Câmara rejeita alterações do Senado na Lei do Gás e envia para sanção presidencial.

Confaz prorroga convênio 52/91 da desoneração de máquinas e implementos agrícolas até 31 de março de 2022.

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS / P. 15



Plano Decenal de Energia é apresentado por representante da Empresa de Pesquisa Energética



ECONOMISTA DO IEDI DESTACA QUE DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA É PREMATURA

Em encontro, realizado no dia 23 de março, Rafael Cagnin disse que o regresso industrial decorre da perda de participação de setores tradicionais (têxteis, vestuário etc.), mas também atinge setores de maior tecnologia, como máquinas e equipamentos. P.5

APRENDENDO COM ERROS



Entramos no segundo ano da pandemia da Covid-19 com a triste evidência de que poucas lições foram aprendidas no âmbito político e econômico. A comunidade médica científica atenta a todos os sinais da pandemia, diariamente nos traz informações atualizadas acerca da estrutura do vírus, da evolução dos tratamentos e vacinas e das diretrizes para controle da doença, na intenção de sinalizar ações assertivas, mas a sua maior parte é ignorada pelos tomadores de decisões.

Presenciamos por isso o número de casos de contaminação e morte pelo novo coronavírus ganhando patamares aterrorizantes, o sistema de saúde entrando em colapso e pouca perspectiva de ações contundentes em prol do controle da situação da pandemia no Brasil. Por outro lado, observamos o estabelecimento de prioridades na contramão das melhores práticas mundiais, sejam elas para controle da crise sanitária sejam para controle da crise econômica.

Estamos passando por um problema de saúde global, onde somos potenciais transmissores do novo coronavírus, isso exige precedência por medidas que eliminem o contágio por covid-19, estas passam por vacinação em larga escala e na sua ausência em medidas rigorosas de afastamento social garantindo às famílias impedidas de exercerem atividades remuneradas auxílios em quantias adequadas para suprir minimamente o custo dos produtos da cesta básica.

Estudo realizado por pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e publicado ainda em abril de 2020 sugeria que medidas restritivas rigorosas durante a pandemia resultariam em crescimento econômico mais acelerado após o fim da crise, quando comparados com ausência de implementa-

“
A rapidez de resposta dos governos à crise sanitária, com a adoção de medidas muito bem planejadas, aparece como a principal explicação para a contenção de vidas e de danos econômicos. A comunicação clara e frequente em relação aos riscos do coronavírus e as medidas de prevenção necessárias para contê-los também foi destacada.”
”

ções. De fato, 12 meses depois, novo relatório, agora publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), trouxe evidências que comprovam a tese do MIT. A rapidez de resposta dos governos à crise sanitária, com a adoção de medidas muito bem planejadas, aparece como a principal explicação para a contenção de vidas e de danos econômicos. A comunicação clara e frequente em relação aos riscos do coronavírus e as medidas de prevenção necessárias para contê-los também foi destacada.

O sucesso no controle da multiplicação de infecções por Covid-19, ao permitir a recuperação das atividades, tende a abrir espaço para substituição dos auxílios às famílias por programas de investimentos com vistas à aceleração da promoção de empregos, rendas e recuperação econômica. Os Estados Unidos, ainda que inicialmente não considerados como bom exemplo de controle da pandemia, adotaram esta estratégia e entraram para os grupos das nações consideradas modelo de boas práticas. Priorizaram a vacinação, uso de máscaras e o afastamento social. Aprovaram pacote trilionário de ajuda ao combate à pandemia e sinalizaram a implementação de proposta em valor ainda superior na intenção de renovar a infraestrutura.

As melhores práticas não podem nem devem ser negligenciadas. Todo o mundo vem passando pelas mesmas dificuldades, países tiveram piores e outros melhores desempenho. Após um ano de convívio com os problemas causados pela Covid-19, experimentar deixou de ser forçoso. Inúmeras ações foram validadas e seus resultados estão disponíveis. A reversão do atual quadro nacional de saúde é possível e é urgente, o número de vidas salvas e a recuperação da economia dependem disso. ■



COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Vera Lucia Rodrigues

REDAÇÃO E ASSESSORIA DE IMPRENSA

Vervi Assessoria e Comunicações

Márcia Brandão e Felipe Cruz

[veralucia@grupovervi.com.br]

DIAGRAMAÇÃO: More-Arquitetura de Informação

Jo Acs, Mozart Acs e Paula Rindeika

CONSELHO EDITORIAL

Cristina Zanella, José Velloso, Lariza Pio, Marcos Borges Carvalho Perez, Patricia Gomes, Rafael Bellini e Vera Lucia Rodrigues

SEDE SÃO PAULO - SP

PABX: (11) 5582-6470 / 6356

E-mail: imprensa@abimaq.org.br

www.abimaq.org.br

SEDES REGIONAIS

BELO HORIZONTE (MG)

Tel: (31) 3281-9518

E-mail: srmg@abimaq.org.br

BRASÍLIA (DF)

Tel: (61) 3364-0521 / 0529

E-mail: abimaqdf@abimaq.org.br

CURITIBA (PR)

Tel: (41) 3223-4826

E-mail: srpr@abimaq.org.br

JOINVILLE (SC)

Tel: (47) 3427-3846 / 5930

E-mail: srsc@abimaq.org.br

PIRACICABA (SP)

Tel: (19) 3432-2517 / 1266

E-mail: srpi@abimaq.org.br

PORTO ALEGRE (RS)

Tel: (51) 3364-5643 /

3347-8787 - Ramal 8301 / 8763

E-mail: srss@abimaq.org.br

RIBEIRÃO PRETO (SP)

Tel: (16) 3941-4114 / 4113

E-mail: srpp@abimaq.org.br

RIO DE JANEIRO (RJ)

Tel: (21) 2262-5566 / 7895

E-mail: srrj@abimaq.org.br

NORTE / NORDESTE (PE)

Tel: (81) 3221-4921 / 3790

E-mail: srnn@abimaq.org.br

VALE DO PARAÍBA (SP)

Tel: (12) 3939-5733

E-mail: srvp@abimaq.org.br



» InformaQ Digital

Acesse esta e outras edições no portal da ABIMAQ.
Utilize o QRCode ao lado ou acesse: www.abimaq.org.br

ABIMAQ e demais entidades atuam junto aos parlamentares para manutenção dos vetos ao Novo Marco do Saneamento

Em um esforço conjunto envolvendo a ABIMAQ, o Sistema Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental (SINDESAM) e demais entidades setoriais que compõem a “Coalizão do Saneamento”, foi realizada no início do mês de março uma grande mobilização junto a deputados e senadores e membros do Executivo, dentre eles o Secretário Nacional de Saneamento, Pedro Maranhão, visando manter na votação da matéria os vetos feitos pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, ao projeto que atualiza o Marco Legal do Saneamento Básico.

A Lei 14.026 de 2020 aprovada pelo Congresso Nacional, que trata do Novo Marco Legal do Saneamento, é um instrumento estratégico para a retomada do crescimento econômico e que viabilizará o desenvolvimento do setor mais atrasado da infraestrutura brasileira que é a expansão das redes de acesso à água tratada e coleta de esgoto para todos os cidadãos brasileiros.

Prevista para ser pautada na semana de 15 de março no Congresso, a votação dos vetos feitos pelo Chefe do Executivo se tornou um grande desafio para os setores envolvidos, já que a derrubada dos vetos pelo Poder Legislativo reduziria a eficácia e, por consequência, os benefícios



pretendidos com a lei, prejudicando-se assim o avanço do saneamento nos próximos 30 anos.

A ABIMAQ como parte integrante desta ação reforçou a importância da manutenção dos vetos do Poder Executivo, já que contribuem para dar celeridade e trazer segurança jurídica e competitividade ao processo de universalização dos serviços de saneamento básico a serem desenvolvidos.

Em manifestação da ABCON – Associação Brasileira das Concessio-

A formalização da prestação dos serviços e a segurança jurídica são fatores-chave para a atração de investimentos. Somente contratos regulares, com metas e compromissos claramente estabelecidos permitirão que os reguladores possam garantir a qualidade dos serviços entregues aos cidadãos

nárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, o Diretor Executivo da entidade, Percy Soares colocou como reflexão aos parlamentares que “Passados 50 anos da reserva de mercado às Estatais, nosso país não alcançou os objetivos de universalização do serviço, resultando em 100 milhões de brasileiros sem acesso aos serviços básicos de esgotamento sanitário e mais de 30 milhões sem abastecimento de água. Dados do Ministério do Desenvolvimento Re-

gional mostram ainda que da população que tem abastecimento de água, 45% recebem abastecimento inadequado.

O Brasil tem a obrigação de reparar os erros do passado, no futuro. A queda dos vetos tem o potencial de atrasar em 30 anos os investimentos necessários para a universalização dos serviços.

Vários estudos concluem que são necessários R\$ 500 bilhões para a expansão das redes de abastecimento de água e esgotamento sanitário. O efeito multiplicador desses investimentos geraria um resultado de cerca de R\$ 1,4 trilhão na economia com a geração de mais de 14 milhões de empregos ao longo do período dos investimentos. A arrecadação fiscal ultrapassaria R\$ 88 bilhões.”

Ainda segundo a entidade, “A formalização da prestação dos serviços e a segurança jurídica são fatores-chave para a atração de investimentos. Somente contratos regulares, com metas e compromissos claramente estabelecidos permitirão que os reguladores possam garantir a qualidade dos serviços entregues aos cidadãos”.

O Congresso Nacional analisou a matéria no dia 17 de março e manteve os dispositivos vetados no marco legal do saneamento básico (PL 4162/19). ■

Câmara rejeita alterações do Senado na Lei do Gás e envia para sanção presidencial

A Câmara dos Deputados concluiu, no dia 17 de março, a votação do Projeto de Lei (4.476 de 2020) conhecido como Nova Lei do Gás, que altera as regras do mercado de gás natural. Os deputados decidiram retirar as mudanças feitas pelo Senado e restaurar a versão aprovada inicialmente na Câmara com texto do relator Deputado Laércio Oliveira. O texto segue para sanção presidencial.

Entre outras medidas, o texto prevê a criação de um novo mercado de gás natural com a entrada de novos agentes e o estímulo de maior competição entre os entrantes e os agentes que já estão no setor ao impedir que uma mesma empresa de atuar

em todas as fases, que vai da produção/extração até a distribuição.

Para José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, o projeto aprovado é o resultado de muitos

anos de trabalho, diálogo e construção coletiva de um mercado de gás nacional competitivo e forte. “Agradecemos ainda o apoio dos parlamentares da Frente Parlamentar em

Defesa da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMAQ) e de cada um pela capacidade de mobilização e engajamento na aprovação do PL, além da participação do relator deputado Laércio Oliveira”.

Velloso ressaltou que as perspectivas são muito positivas e o trabalho continua no desdobramento da regulação da lei e na melhoria das regras em cada estado, reforçando o papel de cada um: governo, agências reguladoras, transportadores, produtores, consumidores e distribuidores. “Vamos abrir caminho para o gás do pré-sal, para o gás importado por gasodutos, para os competidores do Gás natural liquefeito (GNL) e para o gás em terra. Viva o Novo Mercado de Gás”. ■



“Vamos abrir caminho para o gás do pré-sal, para o gás importado por gasodutos, para os competidores do Gás natural liquefeito (GNL) e para o gás em terra. Viva o Novo Mercado de Gás”

» José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ



ABIMAQ EM AÇÃO

ABIMAQ mantém tratativas para garantir abastecimento de aço

Desde setembro de 2020, alto fornos foram religados e exportação contida para favorecer o mercado interno

Temos observado aumentos de preços de diversas commodities, desde agrícolas (soja, milho) até industriais (alumínio, cobre) passando por energéticas (petróleo). Nesse contexto, a indústria de bens de capital também vem sofrendo com os seguidos reajustes nos preços do aço.

Os aumentos de preços já trazem reflexos nos índices de inflação do Brasil. A alta expressiva das matérias-primas - minério de ferro (mais de 80% no ano passado), carvão, sucata de aço, no mercado global, colaboram para esse cenário.

As commodities, de forma geral, também sofrem influência de variáveis de difícil controle como a desvalorização do câmbio e o aumento do frete marítimo que elevam o custo de fornecedores de insumos.

Outro componente que contribui para essa situação é o desajuste na cadeia de fornecimento. Os estoques dos consumidores ainda estão em níveis baixos, ao mesmo tempo em que observamos um contínuo crescimento da demanda do setor de máquinas e equipamentos.

De acordo com o presidente executivo da ABIMAQ, José Velloso, entre dezembro de 2019 a dezembro de 2020, a rede de distribuição de aço teve aumentos de 85% a 105% em apenas um ano. “A maior parte da indústria de máquinas é constituída por



pequenos e médios empresários que dependem dos distribuidores de aço”, informou Velloso.

Velloso relembra que os aumentos sucessivos no preço do aço começaram um pouco após a pandemia do coronavírus chegar ao Brasil. “As siderúrgicas desligaram os altos fornos pouco antes da pandemia, prevendo uma queda no consumo. Efetivamente, houve uma pequena queda em março de 2020 e uma queda maior em abril. Mas já em maio, o mercado começou a retomar”. O descasamento entre redução da oferta de produção de aço em 2020 em paralelo a retomada demanda por máquinas que segue forte em 2021, ocasionou a dificuldade

de abastecimento de insumos dos últimos meses.

A ABIMAQ convocou os presidentes das siderúrgicas em conjunto com o Instituto Aço Brasil ainda no ano de 2020 para debater alternativas como a priorização do abastecimento do mercado interno em detrimento da exportação de produtos siderúrgicos que pode ser observado nas estatísticas do mercado aço. “Em setembro do ano passado fizemos uma grande reunião muito produtiva, também com a participação das grandes distribuidoras. Ficou acertado que os altos fornos que foram desligados seriam religados e que as exportações de aço seriam reduzidas”, comentou.

Diante do cenário desafiador de 2021, ainda com instabilidade no abastecimento, a ABIMAQ convocou novamente os grupos siderúrgicos estabelecidos no Brasil para uma reunião que foi realizada no dia 02/março/21. Nesta ocasião tivemos a participação da presidência e diretoria da Usiminas, ArcelorMittal, Villares Metals, Gerdau, CSN, Aperam e o Instituto Aço Brasil. Em decorrência desta reunião com as siderúrgicas, a ABIMAQ esteve junto ao Ministério da Economia em reunião com o Secretário Carlos Da Costa realizada dia 23/março/21 para buscar alternativas ao desabastecimento e alta de preços do aço. ■

Confaz prorroga convênio 52/91 da desoneração de máquinas e implementos agrícolas até 31 de março de 2022

Conforme noticiado pela ABIMAQ/SINDIMAQ, a vigência do Convênio ICMS nº 52/1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com máquinas e equipamentos industriais e máquinas e implementos agrícolas, foi prorrogada para 31/03/2022 (Convênio ICMS nº 28/2021, cláusula primeira, inc. VIII – disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/despacho-n-11-de-12-de-marco-de-2021-308314398>). Referida prorrogação não altera a carga tributária estabelecida pelo Governo do Estado de São Paulo (Decreto nº 65.254/2020), de modo que as operações interestaduais, originadas a partir do território paulista, continuarão majoradas, da seguinte forma:

Operações interestaduais com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais:

1. Sujeitas à alíquota de 7% - com destino aos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou ao Estado do Espírito Santo: **5,5%**;
2. Sujeitas à alíquota de 12% - com destino aos Estados das regiões Sul e Sudeste, exceto ao Estado do Espírito Santo: **9,5%**;

Operações interestaduais com máquinas e implementos agrícolas:

3. Sujeitas à alíquota de 7% - com destino aos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou ao Estado do Espírito Santo: **4,7%**;
4. Sujeitas à alíquota de 12% - com destino aos Estados das regiões Sul e Sudeste, exceto ao Estado do Espírito Santo: **8%**;

Relembramos que as operações **internas** continuam sujeitas à carga tributária de ICMS de 8,80% quando se tratar de máquinas e equipamentos industriais listadas no Anexo I do Convênio ICMS nº 52/1991, e de 5,6% quando se tratar de máquinas e implementos agrícolas listados no Anexo II do Convênio ICMS nº 52/1991.

Reiteramos que, nos termos dos artigos 4º e 5º do Decreto Estadual (SP) nº 65.254/2020, as cargas tributárias indicadas nos quadros acima terão eficácia enquanto vigorar o Convênio ICMS nº 52/1991, e nesse caso limitada, a majoração, a até 31/12/2022. ■

ABIMAQ EM AÇÃO



Economista do IEDI defende que a desindustrialização decorre da perda de participação de setores tradicionais

Rafael Cagnin participou de webinar realizada pela ABIMAQ para debater o papel da indústria na retomada da economia

Alguns setores tradicionais da indústria nacional, como têxteis, vestuário e máquinas e equipamentos perderam participação na economia e colaboraram para a desindustrialização no País, é o que defende o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Rafael Cagnin, que participou, no dia 23 de março, de uma webinar promovida pela ABIMAQ que debateu o futuro da indústria, do emprego e a transformação digital da economia.

De acordo com o especialista, no Brasil, a participação da indústria de transformação no PIB, que a preços constantes já chegou a 21,4% em 1976, atingiu 11,9% em 2020.

Cagnin ainda destacou que a desindustrialização brasileira é prematura, pois a renda per capita é de US\$ 12 mil versus US\$ 20 mil no restante do mundo e acelerada porque nos EUA a manufatura com o PIB levou 42 anos para cair à metade, no Brasil levou apenas 12 anos. Ela é intensa, pois em uma mostra de 40 países, só perde para Reino Unido e Austrália a preços constantes, mas estes já eram ricos.

“Nosso regresso industrial decorre da perda de participação de setores tradicionais (têxteis, vestuário etc.), mas também atinge setores de maior tecnologia, como máquinas e equipamentos. Além disso, o país nunca chegou a desenvolver suficientemente outros ramos, como os de microeletrônica”.



As exportações da indústria brasileira também perderam terreno. Em 2000 representavam 83% das exportações totais do Brasil, em 2020 não passaram de 55% e o País também tem perdido expressão na indústria mundial

O economista ainda alertou que o regresso industrial no Brasil está associado à desintegração de cadeias produtivas e aumento de insumos e componentes importados. Isso vem afetando sobretudo os ramos de maior intensidade tecnológica, inclusive em anos de crise, como em 2016.

Ele ainda revelou que as exportações da indústria brasileira também perderam terreno. Em 2000 representavam 83% das exportações totais do Brasil, em 2020 não passaram de 55% e o País também tem perdido ex-

pressão na indústria mundial. Em 2005, tínhamos a 10ª maior indústria do mundo e, em 2019, descemos à 16ª colocação no ranking da UNIDO.

“Toda essa trajetória de dificuldades e perda de participação é resultado de um processo relativamente longo de geração de obstáculos no crescimento industrial. Piora no ambiente de negócios e desalinhamento de variáveis macroeconômicas. Nos anos 80 tivemos hiperinflação, na década seguinte, câmbio extremamente apreciado e de taxa de juros muito elevadas em comparação ao internacional. Depois, nos anos 2000, episódios longos de apreciação cambial, altas taxas de juros e volatilidade”, destacou.

O CAMINHO PARA A REINDUSTRIALIZAÇÃO. De acordo com Rafael, o País deve criar condições para absorver as tecnologias emergentes na revolução da Indústria 4.0, em curso a nível mundial, e também promover, por meio de ferramentas horizontais, o desenvolvimento e a aplicação dessas inovações. Modernizar o parque industrial, de modo a alavancar a produtividade e competitividade da indústria.

Potencializar a inovação fortale-

cendo a educação básica e tecnológica, promovendo sua articulação com o setor produtivo e desenhando políticas orientadas a missões. Aumentar a exportação de manufaturados, em especial de produtos mais complexos e intensivos em tecnologia. Fazer a manutenção de níveis de juros básicos do Banco Central em linha com os padrões internacionais, a consolidação e estabilização fiscal, e outros.

O presidente executivo da ABIMAQ, José Velloso, expôs a queda brusca na taxa de investimentos no Brasil. “Se pegarmos os últimos 30 anos a taxa de investimento é de 18,5% do PIB, sempre foi baixa, e a melhor época de investimento do País foi entre 2010 e 2013, com uma média de 20,5% do PIB, que também é baixa. E hoje nós estamos entre 15% e 16% do PIB”, detalhou.

O presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ, João Carlos Marchesan, comentou que a desindustrialização é um tema preocupante da associação e de seus associados “Nós entendemos que os eixos da reindustrialização passam por investimento forte. Estamos hoje abaixo de 15% da aprovação de capital fixa sobre o PIB e deveríamos estar a pelo menos 25%. Isso nos faz entender que não temos um bom ambiente de negócios, temos insegurança jurídica alta e as reformas estruturais ainda não aconteceram. Reduzir o Custo Brasil é um ponto importante”.

A reunião também contou com participação da diretora executiva de Economia Estatística e Competitividade, Maria Cristina Zanella que reforçou a importância da reforma tributária para o ganho da produtividade nacional e crescimento econômico, citando o resultado dos diversos estudos que quantificaram o impacto econômico de uma reforma aos moldes da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45. ■

ABIMAQ EM AÇÃO

Esalq/USP oficializa indicação de Alysson Paolinelli ao Prêmio Nobel da Paz

Iniciativas de Paolinelli fizeram com que o Brasil se tornasse uma potência alimentar para todo o planeta

Pelo legado na transformação do Brasil em potência do agronegócio, o ex-ministro da Agricultura Alysson Paolinelli foi oficialmente indicado para o Prêmio Nobel da Paz 2021. A nomeação foi protocolada no Conselho Norueguês do Nobel, pelo diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), Durval Dourado Neto. A indicação conta com o apoio da CNA (Confederação Nacional da Agricultura) e de mais 23 entidades do agronegócio brasileiro.

Alysson Paolinelli nasceu em 10 de julho de 1936, em Bambuí, no Estado de Minas Gerais. Ele foi responsável pela implantação de um sistema de pesquisa agropecuária tropical único no mundo, cujo grande destaque foi a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a maior empresa de tecnologia agropecuária do mundo tropical. Criou ainda a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e vários programas de investimento na agricultura e desenvol-



vimento regional, além de acordos de cooperação internacional lastreada em capital humano.

Como Ministro da Agricultura (1974-1979) criou as instituições, políticas e organizações que viabilizaram a modernização da agricultura tradicional. Uma das principais foi o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro). Instituiu o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (Prodecer). Paolinelli participou da criação do Proálcool (1975), o primeiro programa mundial de produção em larga escala de combustível limpo e renovável a partir de biomassa.

» SAIBA MAIS

Para saber mais sobre a vida e obra, contribuições e grandes conquistas de Alysson Paolinelli:

» <https://paolinelli-nobelpeaceprize2021.com/producao-agricola-sustentavel-para-a-paz/>

CONFIRA A OPINIÃO DE AUTORIDADES DO SETOR SOBRE A INDICAÇÃO DO ALLISON PAOLINELLI AO PRÊMIO NOBEL DA PAZ:



» **João Marchesan, presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ, e diretor da Tatu Marchesan.**

“Alysson Paolinelli sempre foi incentivador da pesquisa, ciência e tecnologia, por isso merece todo o nosso apoio. Ele foi responsável pela implantação de um programa de bolsa de estudos para estudantes brasileiros em diversos centros de pesquisa em agricultura pelo mundo, como por exemplo nos Estados Unidos. Foi ministro da Agricultura no governo de Ernesto Geisel, de 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979. Nesse período, Paolinelli modernizou a Embrapa e promoveu a ocupação econômica do Cerrado. Após deixar o ministério, foi presidente do Banco do Estado de Minas Gerais, deputado constituinte e presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Em 2006 ganhou o prêmio World Food Prize, que podemos considerar o equivalente ao Nobel da alimentação. É um prêmio dado a pessoas, independente de raça e gênero, que ajudaram consideravelmente a população a melhorar a qualidade, quantidade ou disponibilidade de alimentos no mundo. É um homem de grande destaque em toda sua trajetória acadêmica e profissional e que só trabalhou em benefício da agricultura brasileira. Merece o nosso aplauso”.



» **Maurílio Biagi Filho, presidente do Grupo Maubisa e membro do Conselho Superior da ABIMAQ**

“Com a sua Revolução Agrícola Tropical Sustentável, Alysson Paolinelli transformou o Brasil de país importador de alimentos a exportador de grande expressão. Ele não só trouxe autossuficiência alimentar para o país, como também levou o Brasil para o mundo inteiro por meio do agro. Essa é uma conquista que envolve não somente os produtores rurais, mas também outros elos da economia, como setores geradores de ciência e tecnologia, indústria, serviços, logística, distribuição e consumidores. Enfim, todos nós brasileiros estamos conectados à grande transformação que Paolinelli impulsionou na agricultura brasileira. Portanto, um Nobel

da Paz para Alysson Paolinelli é um Nobel da Paz de todos os Brasileiros.

Para o setor agropecuário em particular, a indicação dele também representa uma oportunidade para fortalecer o conceito do campo brasileiro no cenário mundial, mostrando para o planeta como fomos capazes de gerar ciência e tecnologia agrícola específicas para produção alimentar em biomas tropicais, fazendo do agro brasileiro o mais competitivo do mercado internacional. Mais do que isso: um agro que hoje é fator estratégico para a segurança alimentar mundial. E tudo isso buscando racionalidade no uso de recursos naturais, como evidencia o fato de conservarmos ainda cerca de 60% de cobertura vegetal natural no território brasileiro. Com a indicação de Paolinelli ao Nobel, abre-se um novo caminho para o país reforçar uma narrativa assertiva e consistente para o agro brasileiro”.



» **Alberto Issamu Honda, diretor Superintendente da Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia**

“Alysson Paolinelli é uma das principais referências do agronegócio brasileiro. Foi um dos criadores da Embrapa e propiciou a revolução tecnológica que tornou o bioma cerrado uma das regiões mais produtivas do Brasil.

A modernização da Embrapa, com investimentos em ciência e tecnologia, vigoroso programa de capacitação dos pesquisadores com bolsas de mestrado e doutorado nos maiores centros agrícolas do mundo e a ocupação do cerrado, tornou a Agricultura Tropical mundialmente competitiva na década de 1980. O Brasil deixou de ser importador de alimentos para se transformar no maior celeiro do mundo.

Com isso, toda a cadeia do agronegócio foi beneficiada, em especial o setor de máquinas e implementos agrícolas de alta tecnologia, ferramentas imprescindíveis para a implantação da moderna e produtiva agricultura da região do cerrado. Essa indicação merece o apoio da ABIMAQ”.



» **Pedro Estevão Bastos, presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA), e diretor de Relações Institucionais da Jacto**

“A indicação de Allison Paolinelli ao prêmio nobel da paz representa reconhecimento a uma obra de grande impacto na vida das pessoas em todo o mundo. Ele contribuiu decisivamente para a segurança alimentar mundial ao promover a agricultura no cerrado nacional que se tornou um enorme celeiro a serviço da humanidade. Atualmente, o País é um dos maiores exportadores mundiais de alimentos graças a revolução da agricultura tropical, fomentada com base na ciência, capitaneada por este grande brasileiro”.

ABIMAQ EM AÇÃO

LINHA DO TEMPO DE ALYSSON PAOLINELLI

- 1936**
Nasce Alysson Paolinelli
- 1956 - 1958**
Presidente do Centro Acadêmico da Escola Superior de Agricultura de Lavras (Esal)
- 1959**
Graduado em Engenharia Agrônoma pela Esal
- 1959 - 1990**
Professor da Esal
- 1966 - 1967**
Vice-diretor da Esal
- 1967 - 1971**
Diretor da Esal
- 1968 - 1969**
Presidente da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (Abeas)
- 1971 - 1974**
Secretário de Agricultura do Estado de Minas Gerais
- 1974 - 1979**
Ministro da Agricultura do Brasil
- 1979 - 1983**
Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE)
- 1980 - 1982**
Presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (Asbace)
- 1982 - 1986**
Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura (SMA)
- 1987 - 1990**
Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- 1987 - 1991**
Deputado Federal, participante da Assembleia Nacional Constituinte
- 1990**
Presidente do Comitê da Feira Osaka-Japão
- 1991 - 1994**
Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais
- 1992 - 1993**
Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura
- 1995 - 1998**
Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais
- 2011 - Hoje**
Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho)
- 2012 - Hoje**
Fundador e Presente do Instituto Fórum do Futuro
- 2019 - Hoje**
Embaixador da Boa Vontade para Temas de Gênero e Juventude Rural do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)
- 2020**
Titular da cátedra honorária de agronegócio da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP)



ABIMAQ avalia reforma tributária no contexto do comércio exterior em reunião da FIERGS

“**A** cumulatividade do resíduo tributário beneficia a importação e inibe a exportação”, afirmou José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, durante reunião do Conselho de Comércio da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), realizada no dia 9 de março.

Velloso ressaltou que a alíquota residual acumulada de um produto importado é de 1,2% sobre o preço ao consumo final e já do bem nacional é de 3,6%. “Além desse fator, os créditos acumulados também penalizam as exportações. Mesmo quando há o direito ao crédito, as empresas se deparam com outro problema: a enorme morosidade do fisco para fazer o ressarcimento, o que gera volumosos saldos credores”.

Para o presidente executivo da ABIMAQ, a estrutura base que o novo sistema tributário deve ter a unificação dos tributos sobre consumo por meio da substituição de PIS/Cofins, IPI, ICMS, ISS e IOF por um IVA Nacional. Também deve ter uma alíquota uniforme do IVA para todos os bens e serviços, ou seja, redistribuição da carga tributária entre os setores econômicos. “A manutenção da carga tributária global da economia é fundamental que se evite qualquer aumento da carga tributária global”.

Velloso defendeu que para mudança do sistema tributário haja um período de transição. “Isso é essencial a fim de calibrar a alíquota do IVA, evitando o aumento da carga tributária, manter, temporariamente, a vigência dos atuais incentivos fiscais e adequar gradativamente os preços relativos na economia”.

Outro ponto mencionado pelo executivo da ABIMAQ é que não haja incidência do IVA sobre as exportações,

A alíquota residual acumulada de um produto importado é de 1,2% sobre o preço ao consumo final e já do bem nacional é de 3,6%.

» José Velloso,
presidente executivo da
ABIMAQ

tações, além da adoção do crédito financeiro e da extinção do ISS.

Segundo Velloso, o principal motivo da reforma tributária é o seu impacto sobre o crescimento econômico. Pesquisa do IPEA estima crescimento adicional do PIB acumulado até 2033 de 5,42%, na hipótese de uma alíquota de 25% e transição de 10 anos. Já o estudo realizado por Bráulio Borges, economista-sênior da LCA Consultores a pedido do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), avalia aumento do PIB potencial de 20% em 15 anos.

De acordo com o executivo da ABIMAQ, o ganho da reforma tributária é de longo prazo, mas no curto prazo há efeito positivo via expectativas de crescimento ocasionado pela redução do custo de conformidade e do contencioso, diminuição do custo dos investimentos e exportações, organização mais eficiente da economia e maior transparência nos tributos. “A indústria é o setor mais beneficiado, o que decorre do fato de ser o mais tributado da economia brasileira no sistema atual”. ■

ABIMAQ EM AÇÃO

Marcello Casal Jr. / Agência Brasil



ABIMAQ apresenta sugestões de medidas emergenciais ao ministério da economia

Em busca de melhorias para o setor de máquinas e equipamentos

Sugestões de medidas econômicas emergenciais voltadas às empresas, redução equivocada das alíquotas do imposto de importação para bens de capital (BK), de informática e telecomunicações (BIT) e prorrogação dos atos concessórios de drawback que vencem em 2021 foram os temas das últimas correspondências enviadas no início de abril para o Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o objetivo de

colaborar com as informações dos obstáculos que a indústria de máquinas e equipamentos e outros setores vem enfrentando.

Sugestões de medidas econômicas emergenciais voltadas às empresas foram temas das últimas correspondências enviadas ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, com o objetivo de minimizar o impacto da crise provocada pelos reflexos da pandemia da covid-19.

João Carlos Marchesan,



Presidência

São Paulo, 01 de abril de 2021.
PRE/036/21.

Ao Senhor
PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bl. P, 5º andar
70048-900 – Brasília – DF

Ref.: Sugestões de medidas econômicas emergenciais voltadas às empresas.

Senhor Ministro,

A ABIMAQ é uma entidade com 83 anos de existência que representa a indústria brasileira de máquinas e equipamentos, setor composto de cerca de 8.500 empresas que, no seu conjunto, produziram em 2020, bens em valores próximos a R\$ 145 bilhões, exportaram US\$ 7 bilhões, empregando mais de 320 mil trabalhadores qualificados.

Como é de seu conhecimento, muitas cidades e municípios restringiram as atividades para conter o avanço da contaminação do coronavírus. As micro, pequenas e médias empresas que arduamente sofrem com os problemas de liquidez, possuem mais um desafio que é o de manter em dia seus compromissos como: salários, fornecedores, bancos e pagamento de impostos. O resultado é a diminuição do ritmo da retomada da economia para esse ano de 2021.

Com base nisso, tomamos a liberdade de elaborar este pleito, com o objetivo de colaborar com as informações dos obstáculos que a indústria de máquinas e equipamentos e outros setores vem enfrentando.

Listamos abaixo as medidas de caráter emergencial que foram consideradas essenciais no ano de 2020, as quais pedimos o retorno para 2021, sugerindo:

Manutenção das atividades

- Pronampe** - como é de conhecimento, o Programa está sendo revisto com novas condições de financiamento, faltando a aprovação da Câmara dos Deputados para a linha se tornar operacional. Diante disso, vimos solicitar o apoio para sua aprovação o quanto antes;

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas

Sede Nacional: Av. Jabaquara, 2925 - CEP 04045-902 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 5582-5716 / 5717 / 5707 - FAX: (11) 5582-6312 - Site: www.abimaq.org.br

Sedes Regionais: Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, Joinville - SC, Recife - PE, Porto Alegre - RS, Ribeirão Preto - SP, Piracicaba - SP, São José dos Campos - SP e Rio de Janeiro - RJ
Escritório de Relações Governamentais, em Brasília - DF.

CNPJ:46.390.209/0001-00
PRE/036/21.
Página 1 de 5



Presidência

São Paulo, 01 de abril de 2021.
PRE/035/21.

Ao Senhor
PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bl. P, 5º Andar
70048-900 – Brasília – DF

Ref.: Prorrogação dos Atos Concessórios de Drawback vencidos em 2021.

Senhor Ministro,

A ABIMAQ é uma entidade com 83 anos de existência que representa a indústria brasileira de máquinas e equipamentos, setor composto de cerca de 8.500 empresas que, no seu conjunto, produziram em 2020, bens em valores próximos a R\$ 145 bilhões, exportaram US\$ 7 bilhões, empregando mais de 320 mil trabalhadores qualificados.

Em seu papel de representante da indústria brasileira de máquinas e equipamentos, a ABIMAQ vem, por meio deste ofício, apresentar o seu pedido de prorrogação dos atos concessórios de drawback vencidos em 2021, incluindo aqueles que foram beneficiados pela Medida Provisória nº. 960, de 30 de abril de 2020 (convertida na Lei nº. 14.060, de 23 de setembro de 2020).

Muitas empresas continuam a nos relatar dificuldades para o cumprimento de suas obrigações quanto aos atos concessórios de drawback devido ainda ao impacto da crise ocasionada pela epidemia da Covid-19. Diante deste quadro, empresas que não podem mais contar com a prerrogativa legal, de solicitar a prorrogação dos atos, poderão ser prejudicadas por estarem impedidas de apresentar as comprovações devidas para a manutenção do benefício no prazo exigido pela legislação.

Em vista do importante papel do Regime Aduaneiro Especial de Drawback como incentivo à competitividade das exportações brasileiras no mercado internacional e, das adversidades que ora se apresentam ao nosso país e ao setor produtivo como um todo, contamos com o apoio deste Ministério para que esta situação seja equacionada com a publicação de ato normativo que determine a prorrogação, em caráter extraordinário e horizontal, de atos concessórios de Drawback com vencimento em 2021.

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas

Sede Nacional: Av. Jabaquara, 2925 - CEP 04045-902 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 5582-5716 / 5717 / 5707 - FAX: (11) 5582-6312 - Site: www.abimaq.org.br

Sedes Regionais: Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, Joinville - SC, Recife - PE, Porto Alegre - RS, Ribeirão Preto - SP, Piracicaba - SP, São José dos Campos - SP e Rio de Janeiro - RJ
Escritório de Relações Governamentais, em Brasília - DF.

CNPJ:46.390.209/0001-00
PRE/035/21.
Página 1 de 2

ABIMAQ EM AÇÃO

presidente do Conselho de Administração da ABIMAQ, e José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, assinam documentos, onde argumentam sobre os impactos das restrições impostas por Estados e municípios para conter o avanço da contaminação do coronavírus sobre as associadas. “As micro, pequenas e médias empresas que sofrem com os problemas de liquidez, possuem mais um desafio que é o de manter em dia seus compromissos como: o pagamento de salários, fornecedores, bancos e de impostos. O resultado é a diminuição do ritmo da retomada da economia para esse ano de 2021”

Diante desse problema, os documentos elencam uma série de sugestões de medidas de caráter emergencial consideradas essenciais como a i) aprovação do Pronampe - Programa que está sendo revisto com novas condições de financiamento; ii) BNDES Crédito Pequenas Empresas - com aumento do rol de beneficiárias (empresas com

faturamento anual de até R\$ 300 milhões); iii) redução do spread do BNDES de 1,25% para 0,95% a.a. e aumento do limite de financiamento de R\$ 10 milhões para R\$ 70 milhões”; iv) Programa de Suporte a Empregos (PESE); v) redução à zero da alíquota do IOF sobre operações de crédito, câmbio e seguros, o que reduz o custo efetivo para o tomador do crédito; vi) proposta à Febraban para a realização de um mutirão para oferecer renegociação de dívidas com bancos públicos, privados, de cooperativismo, desenvolvimento e fomento; e vii) prorrogação pelo prazo de 4 (quatro) meses do recolhimento dos tributos federais (PIS, COFINS, IPI, IRPJ, CSLL e INSS).

Em outro documento, a Associação pede a prorrogação dos atos concessórios de drawback que vencem em 2021, uma vez que ainda há relato de dificuldades pelas exportadoras para o cumprimento de suas obrigações devido ainda ao impacto da crise ocasionada pela epidemia. ■

ABIMAQ se reúne com Ministro de Minas e Energia e Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético

Atualização da potência dos aerogeradores nos editais dos leilões e introdução do hidrogênio verde na matriz energética brasileira foram os assuntos abordados nas reuniões realizadas no mês de março

Com a finalidade de solicitar apoio ao pleito para a atualização da potência de aerogeradores nos editais dos leilões de energia promovidos pelo Governo Federal, a ABIMAQ, representada por José Velloso, presidente executivo, e Roberto Veiga, presidente do Conselho de Energia Eólica Onshore e Offshore, além do Deputado Vitor Lippi, presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMAQ), reuniu-se com Bento Albuquerque, Ministro de Minas e Energia (MME), e Paulo Cesar Magalhães Domingues, secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético (SPE), no dia 10 de março.

“Albuquerque reconheceu a necessidade de se dar uma resposta do MME quanto ao nosso pleito e indicou que o retorno será feito por meio do Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético”, explicou Veiga.

NOVA AUDIÊNCIA. Para obter mais informações a respeito do pleito da ABIMAQ de se elevar a potências dos aerogeradores nos editais dos leilões de energia, José Velloso, Roberto Veiga e demais membros do Conselho de Energia Eólica da ABIMAQ, realizaram reunião com Paulo Cesar Magalhães Domingues e equipe do Ministério de Minas e Energia, no dia 19 de março.

“Paulo Cesar nos solicitou mais detalhes técnicos que embasam a solicitação do SPE para que o Ministério de Minas e Energia analise o nosso pleito com a documentação técnica a ser apresentada e também dar subsídios a fim de buscar apoio do Ministério da Economia quanto a uma possível análise do pedido frente a Lista Brasileira de Exceções à TEC (LE-TEC) - CAMEX, que no entender do secretário, poderia dar um retorno mais abrangente à nossa solicitação”, expôs Veiga.

HIDROGÊNIO VERDE (H2). Outro tema tratado em audiência, realizada no dia 10 de março, com Bento Albuquerque e Paulo Cesar Magalhães Domingues

foi a introdução do hidrogênio verde na matriz energética brasileira.

Marcelo Veneroso, diretor do Conselho e da Regional de Minas Gerais da ABIMAQ/SINDIMAQ, parabenizou Albuquerque pela assinatura da Resolução número 2 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) que estabelece orientações sobre pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de energia do País e por hidrogênio figurar como item naquela Resolução.

Veneroso destacou a importância do MME conduzir as diretrizes para que o hidrogênio se torne um gerador de valores para o Brasil não somente vendendo o H2 como commodity, mas que promova oportunidades de desenvolvimento de tecnologia, fabricação das plantas e equipamentos para uso interno e para exportação. “É essencial também que os novos investimentos da Petrobras que utilizem hidrogênio optem preferencialmente pelo H2 verde, como nas expansões das refinarias de SP e RJ, que foram anunciadas recentemente”.

Ele propôs que a ABIMAQ junto dos ministérios de Minas e Energia e da Economia façam ações para estimular investimentos em hidrogênio verde, tais como: que veículos a hidrogênio tenham isenção de impostos de importação; utilização da energia gerada por H2 seja desonerada; promover a utilização de biometano na geração de H2 e usar o Etanol como fonte geradora de hidrogênio.

O ministro de Minas e Energia reagiu positivamente as ações propostas para o hidrogênio e informou que convidará a ABIMAQ para uma reunião com os integrantes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em que 10 ministérios do governo fazem parte, para discutir ações conjuntas para desenvolvimento do hidrogênio no país.

Já o secretário da SPE comunicou que o ministério irá lançar no início de maio o ‘Programa de Uso Nacional do Hidrogênio’ e que a ABIMAQ estará no grupo para discutir as soluções que farão parte daquele projeto. ■



Presidência

São Paulo, 01 de abril de 2021.
PRE/037/21.

Ao Senhor
PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia
Ministério da Economia
Esplanada dos Ministérios, Bl. P, 5º Andar
70048-900 – Brasília – DF

Ref.: Redução das alíquotas do imposto de importação para bens de capital (BK), de informática e telecomunicações (BIT) – Resolução Gecex nº. 173, de 18 de março de 2021.

Senhor Ministro,

A ABIMAQ é uma entidade com 83 anos de existência, que representa a indústria brasileira de Bens de Capital, setor composto de cerca de 30 mil empresas que, no seu conjunto, produziram em 2020, bens em valores próximos a R\$ 760 bilhões, exportaram US\$ 16 bilhões, gerando mais de 1.1 milhão de empregos diretos.

Em seu papel de representante da indústria brasileira de máquinas e equipamentos, a ABIMAQ vem, por meio deste ofício, apresentar a sua discordância quanto à redução em 10% das alíquotas do imposto de importação para bens capital (BK), de telecomunicações e de informática (BIT) deliberada na 180ª reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior, de 17 de março de 2021, com posterior publicação da Resolução Gecex nº. 173, de 18 de março de 2021.

Como é de conhecimento, a ABIMAQ tem defendido, nos últimos anos, o processo de abertura comercial da economia brasileira de forma transversal, onde todos os setores teriam as suas tarifas de importação reduzidas, gradual e sincronizadas com as ações para mitigar as assimetrias que reduzem a competitividade do produto nacional, a exemplo o complexo sistema tributário que onera investimentos e exportações e do elevado custo de juros sobre o capital.

Contrariando as reiteradas declarações desse Ministério, de que a abertura comercial seria conduzida de forma transversal e combinada com uma agenda de melhoria no ambiente de negócios, a medida não previu a redução tarifária para todos os setores da economia de modo a contemplar as matérias primas, insumos e componentes da indústria de máquinas e equipamentos. Em coletiva de imprensa no dia 17 de março, representantes do Ministério da Economia indicaram que uma proposta de redução mais abrangente, ou seja, para todos os setores, seria tratado no dia 26 de março, por ocasião da reunião de Cúpula do Mercosul.

Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas

CNPJ: 46.390.209/0001-00
PRE/037/21.
Página 1 de 3

Sede Nacional: Av. Jabaquara, 2925 - CEP 04045-902 - São Paulo - SP - Brasil
Tel.: (11) 5582-5716 / 5717 / 5707 - FAX: (11) 5582-6312 - Site: www.abimaq.org.br

Sedes Regionais: Belo Horizonte - MG, Curitiba - PR, Joinville - SC, Recife - PE, Porto Alegre - RS, Ribeirão Preto - SP, Praticaba - SP, São José dos Campos - SP e Rio de Janeiro - RJ
Escritório de Relações Governamentais, em Brasília - DF.

ABIMAQ EM AÇÃO

Plano nacional de recuperação energética de resíduos Sólidos é debatido com diretoria do BNDES

A ABIMAQ, juntamente com representante da ABREN, destacou em encontro com BNDES a importância de estruturar e financiar usinas de recuperação energética de energia a fim de deixar um legado de saúde à sociedade e proteção ao meio ambiente

Com o objetivo de propor um fundo para estruturação de parceria público-privada (PPPs) no setor de tratamento e geração de energia por meio de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), Estela Testa, presidente do Sistema Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental (SINDESAM), José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, e Yuri Schmitke, presidente da Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN), reuniram-se com Fábio Abrahão e Petrônio Cançado, diretores do BNDES e equipe, no dia 9 de março.

Na reunião, representantes da ABIMAQ, ABREN E SINDESAM destacaram que a utilização de RSU em uma usina de tratamento térmico tem como principal vantagem a drástica redução ou até mesmo, a supressão total do volume dos resíduos destinados a aterros, eliminando o depósito de resíduos a céu aberto, evitando contaminação do lençol freático, diminuindo incidência de vetores de doenças e contri-

buindo com um significativo ganho econômico no descarte de resíduos. “Para a realização de projetos de recuperação energética, é necessário estarmos munidos de coragem e criatividade e contar com a capacidade de trabalho das equipes das gestões municipais”.

Eles destacaram que para a estruturação do projeto, prevê-se que os concessionários constituirão uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), empresa “ad-hoc” formada com intuito de se recorrer ao financiamento de projeto (Project Finance), assim protegendo as empresas investidoras dos riscos intrínsecos ao empreendimento. “Neste caso, a principal garantia sobre a qual recairá a obrigação de quitação da dívida será a própria capacidade da SPE em gerar fluxos de caixa, embora em alguns casos alguns recursos sejam exigidos dos acionistas da SPE pelos financiadores”.

Os representantes do BNDES disseram que vão apreciar a sugestão e concordou de levar avante um fundo para a recuperação energética de resíduos. ■



Reforma tributária é tema da reunião do GT de Ação Política da ABIMAQ

No encontro, o deputado federal General Peternelli expôs sua visão sobre a reforma tributária

Com a participação de Hernane Cauduro, coordenador do GT de Ação Política da ABIMAQ e vice-presidente da ABIMAQ RS, Vitor Lippi, deputado e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMAQ), José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, dos empresários Mathias Elter e Alexandre Reis, da assessora parlamentar do deputado Lippi, Deli Reis, além de Walter Filippetti e Hiroyuki Sato, diretores da associação, foi realizada, no dia 18 de março, reunião do GT de Ação Política da entidade com apresentação do deputado General Peternelli (PSL/SP) sobre reforma tributária.

Peternelli discorreu sobre a proposta da reforma tributária baseada na ideia do ‘imposto único’ para substituir todos os atuais tributos que incidem sobre a produção e consumo de bens e serviços. “Apesar dessa ideia ter minha simpatia, no entanto, não está sendo objeto de proposta formal da reforma, mas trago a discussão na reunião para que os participantes do GT pudessem melhor conhecer as suas características, as vantagens e, naturalmente, os aspectos que muitos entendem como discutíveis e até polêmicos”.

O parlamentar destacou uma série de vantagens do ‘imposto único’ a ser arrecadado sobre transações financeiras, quando o contribuinte paga uma obrigação pecuniária ou quando receber um crédito, por meio de operações bancárias. “O recolhimento do imposto seria feito pela instituição bancária dessas operações, advindo das seguintes vanta-

gens mais relevantes: (i) eliminação total da burocracia hoje existente para o pagamento de tributos (nem haverá emissão de notas nem de escrituração fiscal); (ii) distribuição automática e imediata das parcelas do imposto atribuídas à União, aos Estados e aos Municípios, podendo haver outros entes beneficiários; (iii) eliminação da sonegação; (iv) acaba a corrupção por não exigir fiscalização sobre o conteúdo das transações; (v) reduz o contencioso tributário (que atualmente já chegou à casa de R\$4,5 trilhões); (vi) diminui em muito a quantidade de papel-moeda em circulação pela não emissão de cédulas de maior valor com o objetivo de desestimular transações sem intermediação bancária; (vii) enfim, um grande alívio de custos para o entes governamentais e aos contribuintes”.

José Velloso lembrou que a ABIMAQ, por decisão homologada pelos seus órgãos da administração, vem apoiando a reforma tributária da PEC nº 45/2019, apresentada pelo deputado Baleia Rossi, que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), substituindo os cinco tributos sobre o consumo (IPI, PIS, Cofins, ICMS e o ISS) por atender os principais anseios dos fabricantes de bens de capital, sobretudo nos quesitos da simplificação, desoneração dos investimentos e das exportações e da eliminação da cumulatividade.

Hernane Cauduro salientou que a apresentação do deputado General Peternelli e o debate que se seguiu proporcionaram conhecimentos que serão úteis na análise das propostas da reforma tributária em andamento no Congresso Nacional. ■



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS



» Estrutura da entidade

A ABIMAQ é constituída por 29 câmaras setoriais e seis grupos de trabalho. Acesse o link a seguir e conheça mais. » [Site: http://bit.ly/abimaq-camaras](http://bit.ly/abimaq-camaras)



ABIMAQ promove Encontro Empresarial com associadas

Cenário econômico para 2021, política industrial e abastecimento de aço no mercado brasileiro e serviços da ABIMAQ foram alguns dos temas expostos nas reuniões em todas unidades da ABIMAQ: Minas Gerais, Vale do Paraíba, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Norte Nordeste

“O Brasil precisa elevar seu nível investimento a taxas superiores ao da média mundial (23,6% do PIB), caso contrário, vai comprometer a produtividade, limitar a competitividade e retardar o crescimento econômico”, afirmou José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ, durante apresentações realizadas nos encontros com associadas nas unidades da entidade, no mês de março.

Para Velloso, o desafio do investimento no Brasil está na infraestrutura para estimular a demanda e na retomada da economia em áreas que tragam benefícios sociais com o intuito de melhorar a competitividade e a produtividade; eliminar as assimetrias sistêmicas que compõem o ‘Custo Brasil’ e se posicionar entre as 50 economias mais competitivas; favorecer o financiamento de longo prazo a fim de ampliar a formação bruta de capital fixo e modernizar o parque industrial; e acesso às novas tecnologias por meio do Programa de Depreciação Acelerada.

O executivo da ABIMAQ enfatizou que o Brasil necessita de uma Política Efetiva, para o desenvolvimento industrial, tendo em consideração os pilares:

» **Econômico:** com objetivo de retomar o crescimento econômico e ampliar os investimentos no país;

» **Política Industrial:** adotar uma política de efetivo desenvolvimento industrial;

» **Tecnologia:** Implementar uma diretriz de tecnologia industrial, inovação e transformação digital;

» **Mercado Externo:** promover uma abertura comercial transversal e ampliar a pauta de exportação de bens de alto valor agregado como máquinas e equipamentos.

“O Estado deve ter uma visão do conjunto das políticas, de forma a orientar escolhas de setores estratégicos, apoiar o desenvolvimento econômico e social, promover a transformação da estrutura dos setores econômicos, usar o poder de compra do Estado, para encomendas tecnológicas, atendendo às necessidades da sociedade e do País. As empresas, de forma individual, não têm a visão global para essas escolhas”, finalizou Velloso.

MERCADO DO AÇO. Marcos Perez, Superintendente de Mercado Interno da ABIMAQ, debateu o atual cenário de abastecimento de aço no mercado

“O Estado deve ter uma visão do conjunto das políticas, de forma a orientar escolhas de setores estratégicos, apoiar o desenvolvimento econômico e social, promover a transformação da estrutura dos setores econômicos, usar o poder de compra do Estado, para encomendas tecnológicas, atendendo às necessidades da sociedade e do País.

» José Velloso,
presidente executivo
da ABIMAQ

brasileiro por meio dos estudos de Inteligência de Mercado da ABIMAQ. “Os preços dos produtos siderúrgicos aumentaram, principalmente a partir do segundo semestre de 2020 devido ao descompasso entre oferta de aço e demanda de máquinas ocorrido no ano passado. Pelo lado da oferta, observamos uma redução da produção das usinas siderúrgicas no segundo trimestre de 2020. Já pelo lado da demanda do setor de máquinas e equipamentos, houve uma rápida recuperação no final do segundo trimestre. O descompasso entre a redução temporária da oferta de aço e o aumento robusto da demanda do setor de máquinas levou as dificuldades de abastecimento”.

Atualmente a produção de aço no Brasil está em níveis superiores ao período pré-pandemia, ao mesmo tempo em que houve redução dos níveis de exportação das usinas de forma que a disponibilidade de produtos siderúrgicos deve recompor os estoques da rede de distribuição.

No encontro, também foi exposto os serviços oferecidos pela ABIMAQ para seus associados. Para saber mais acesse: <http://associe.abimaq.org.br/materiais/manual/> ■

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

Projetos, cenários e resultados do Brasil-Canadá PDAC 2021 são debatidos na reunião do Conselho de Metalurgia e Mineração

Encontro contou com participações de representantes da Aura Minerals, Agência para o desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB) e CRU Group, além do anúncio do novo presidente do Conselho de Metalurgia e Mineração

“Gostaria de homenagear Xavier de Brito que iniciou o Conselho de Metalurgia e Mineração (CMM) e nos passou a responsabilidade de continuar seu trabalho. Agora passo o comando para Rodrigo Franceschini ①, CEO da SEMCO Tecnologia e também presidente da Câmara Setorial para Cimento e Mineração (CSCM), para trazer seu conhecimento para o mercado de mineração”. Assim Germano Fehr Neto ②, então presidente do CMM, abriu reunião, realizada no dia 17 de março.

Franceschini agradeceu a indicação e afirmou que dará continuidade ao trabalho em prol do setor de metalurgia e mineração. “Sei que não será fácil, mas conto com a ajuda essencial do corpo técnico da ABIMAQ, especialmente da Regiane Nascimento, gerente executiva, e de todos os especialistas do segmento que fazem parte do conselho”.

APRESENTAÇÕES. Glauber Luvizzoto ③, Chief Operating Officer da Aura Minerals, expôs o Projeto Almas, que está localizado no estado do Tocantins. “A iniciativa consiste em três minas de ouro a céu aberto independentes alimentando a planta de processo localizada na região central aos depósitos. A sua construção iniciará em maio de 2021 com o investimento de R\$ 375 Milhões, produção comercial estimada para o quarto trimestre de 2022 com duração de 17 anos (sem considerar o potencial de expansão da reserva) e é esperado produção acima de 50.000Oz nos primeiros anos (2023 a 2026). Na operação, o orçamento médio anual será de R\$ 178 Milhões nos setes primeiros anos”.

Luvizzoto disse que em 2020 a Aura produziu 204koz de ouro e tem



o objetivo de chegar a 480koz até 2024. “O Projeto Almas contribuirá com 20% deste plano de expansão com 51koz/ano ou 1,586kg/ano”.

Roberto Perez Xavier, Diretor Executivo da Agência para o desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB), apresentou os resultados da participação do Brasil no evento PDAC (mais informações na matéria da página 13). “Foram 355 inscritos efetivos, 96 palestrantes, média de 150 participantes por painel. Já no painel ‘Palestras de Mineração Brasil-Canadá: Soluções de Serviços para o Setor de Mineração Brasileiro’ a presença foi de 118 pessoas”.

Para Xavier, a participação do setor produtivo e entidades, em consórcio com o Governo Federal, foi essencial na organização e nas atividades promovidas durante o Brasil PDAC 2021. “Esta sinergia é fundamental para promover o setor mineral do Brasil em nível internacional,

Quanto à retomada da capacidade, ela pode ser dar de forma mais lenta do que projetada e com isso os preços podem se manter mais elevados por mais tempo. Também existe um risco, mais de médio prazo, de que os preços de matéria-prima, principalmente minério de ferro, se mantenham em níveis muito altos ao dependerem da demanda de aço.

» Eduardo Tinti,

analista dos mercados de aço e minério de ferro da CRU GROUP

despertando o interesse do investidor estrangeiro pela opção de negócios no país”.

Eduardo Tinti ④, analista dos mercados de aço e minério de ferro da CRU GROUP, abordou sobre o mercado global e brasileiro de aço. “Os preços do aço cresceram em espiral desde o último trimestre de 2020. Isso se deve à retomada da demanda muito rápida, a demora no retorno de capacidade paralisada em decorrência da paralização por causa da pandemia e a restrição de oferta que arrastou por mais tempo. Além disso, devido à recuperação forte de demanda na China, o país que é um exportador de aço passou a ser importador, contribuindo assim com a escassez do aço em outros mercados”.

Com relação às perspectivas futuras, Tinti acredita que as retomadas de capacidade devem reduzir os preços do aço a partir do segundo bimestre, mas o momento exato de inflexão é incerto, pois depende de uma série de fatores. “Um dos possíveis cenários é uma retomada mais rápida antes da capacidade paralisada e de novos projetos que possam gerar uma momentânea superoferta no mercado e fazer com que os preços caiam de forma mais acentuada. Quanto à retomada da capacidade, ela pode ser dar de forma mais lenta do que projetada e com isso os preços podem se manter mais elevados por mais tempo. Também existe um risco, mais de médio prazo, de que os preços de matéria-prima, principalmente minério de ferro, se mantenham em níveis muito altos ao dependerem da demanda de aço. Isso pode impactar o mercado elevando os preços finais, caso a demanda esteja robusta, ou comprimindo as margens das siderúrgicas, na hipótese da demanda esteja menos forte”.



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

Tecnologias e soluções para mineração são debatidas no Brasil-Canadá PDAC 2021

Apresentações de cases de sucesso das associadas da Câmara Setorial de Máquinas e Equipamentos para Cimento e Mineração aconteceram durante a 15.ª Edição do Brasil-Canadá no PDAC 2021, promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (BCCC), que foi realizada entre 5 e 11 de março

A ABIMAQ, por meio do Conselho de Metalurgia e Mineração e da Câmara Setorial de Máquinas e Equipamentos para Cimento e Mineração (CSCM), participou da 15.ª Edição do Brasil-Canadá no PDAC 2021, um dos maiores eventos de mineração do mundo onde as mineradoras e vários players da cadeia produtiva discutem investimentos, políticas, projeções em relação a mineração no mundo.

No painel 'Palestras de Mineração Brasil-Canadá: Soluções de Serviços para o Setor de Mineração Brasileiro', realizado no dia 10 de março, as empresas associadas Haver & Boecker, Semco Tecnologia em Processos, Siemens e Steinert Latinoamericana apresentaram tecnologias e soluções para mineração visando a otimização de processos com a melhoria da utilização de recursos hídricos, energia, barragens a seco e outras tecnologias que possibilitam reaproveitamento de resíduos de barragens e minimizar os rejeitos.

Rodrigo Franceschini, presidente da CSCM, explicou que a ABIMAQ

recebeu convite da Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (ADIMB), que é organizadora da participação das entidades brasileiras no PDAC. "A partir disso decidimos montar um painel para mostrar que o Brasil não é só um país com potencial e tradição na mineração, mas também é muito forte em toda cadeia de fornecimento atendendo a todas as necessidades técnicas e tecnológicas do setor. Inclusive exportamos boa parte de nossos equipamentos e so-

luções para países como EUA, Chile, Peru, Argentina, bem como outras localidades da América Latina e da África".

SOLUÇÕES. Segundo Thiago Buoso, engenheiro de controle e automação da Haver & Boecker, a empresa possui no seu portfólio um sistema de monitoramento inteligente, especialmente desenvolvido para peeneiras vibratórias e com um foco total na Indústria 4.0, a fim de estender a vida útil dos equipamentos em campo, aumentar a capacidade e eficiência da planta e reduzir custos. "Nosso sistema de monitoramento, que foi lançado em 2020, prevê e informa com antecedência ao usuário sobre a necessidade de manutenção de um equipamento vibratório".

De acordo com João Barretto, diretor técnico da SEMCO, a solução desenvolvida pela empresa conta com a aplicação de simulação computacional de fluidos (CFD) de forma inovadora para o desenvolvimento de impelidores e agitadores. Estes desenvolvimentos têm como objetivo otimizar a repolpagem e reprocessamento de rejeitos de barragens que precisam ser descomissionadas, mas ajudam também nos novos processos reduzindo a quantidade de água necessária no proces-

so. Com estas melhorias consegue-se uma ótima distribuição de fluxo, com baixo consumo de energia e menor consumo de água, possibilitando homogeneizar polpas com concentração de sólidos acima de 70%. "O desafio das barragens hoje é retirar a água de forma eficiente, econômica e sustentável".

A Siemens também participou do evento, onde Bernd Erdtmann, gerente de vendas sênior, apresentou a solução avançada de gerenciamento de pátio de estocagem, típicos em siderúrgicas, usinas termelétricas, minas de minério, terminais de matéria-prima, portos e outros. Com a solução SIMINE MAQ, por meio da digitalização é possível atingir aumento da produção por melhor utilização das máquinas, redução dos custos de operação e manutenção, planejamento inteligente das operações evitando desperdício de material, transparência total de estoque com modelo 3D do pátio em tempo real e maior segurança para pessoas.

Steinert, com um sistema de separação que aplica diferentes tipos de sensores (Indutivo, Laser 3D, Cor e XRT), atua na classificação de diversos minérios, de acordo com suas propriedades físicas. A classificação visa a separação do minério de sua ganga, logo nas etapas iniciais do processo de beneficiamento mineral. A responsável pelo Laboratório na América Latina, Priscila Esteves, explicou que a tecnologia pode ser aplicada numa etapa de pré-concentração, possibilitando a redução do OPEX nos processos subsequentes de beneficiamento, assim como um enriquecimento do minério. "Nosso processo reduz custos com energia, transporte e com reagentes, porque só recupera o material que tem um valor econômico mínimo para ser processado". ■

Decidimos montar um painel para mostrar que o Brasil não é só um país com potencial e tradição na mineração, mas também é muito forte em toda cadeia de fornecimento atendendo a todas as necessidades técnicas e tecnológicas do setor.

» Rodrigo Franceschini, presidente da CSCM



ABIMAQ passa a integrar Conselho Consultivo Empresarial da Associação do Cluster Tecnológico Naval do RJ

A ABIMAQ acaba de ser convidada para fazer parte do Conselho Consultivo Empresarial da Associação do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro (CTN-RJ). Os representantes da entidade na iniciativa serão Bruno Galhardo, presidente da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO), e Leandro Pinto, coordenador do GT-Naval da CSENO e vice-presidente Câmara Setorial de Máquinas, Equipamentos e Componentes do Setor de Defesa e Segurança (CSDS).

Para Bruno e Leandro integrar o conselho será essencial para levar o ponto de vista da indústria de máquinas e equipamentos nas discussões. "Es-



se projeto importantíssimo para o Rio de Janeiro e o Brasil será benéfico para todos os entes da cadeia".

SOBRE. Fundada em 13 de novembro de 2019, a CTN-RJ é uma ini-

ciativa das empresas EMGEPRON, NUCLEP, AMAZUL e CONDOR, que visa a promoção do mercado interno, capacitação e formação, inovação e tecnologia, valorização do negócio local e encadeamento produtivo entre pequenas, médias e grandes empresas. Além disso, busca criar mecanismos a fim de possibilitar ações em prol do desenvolvimento da indústria marítima como um todo e subsidiar e fortalecer a plataforma de exportações da base industrial de defesa. ■

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS



Oportunidades de negócios para as indústrias no Estado do Rio de Janeiro são apresentadas

Evento, promovido pela ABIMAQ, em parceria com o Sebrae RJ, contou com a participação de representantes do BNDES e da CODIN com o objetivo de abordar a geração de negócios no pós-pandemia e apresentar os instrumentos de estímulo disponíveis para competitividade das empresas da região

“**A** ideia é mostrar as oportunidades na geração de negócios que temos no Rio de Janeiro e como as entidades aqui presentes podem apoiar as empresas que venham operar ou já operam no Estado”, afirmou Alberto Machado ², diretor de Petróleo, Gás, Bioenergia e Petroquímica da ABIMAQ, na abertura do evento, realizado no dia 2 de março.

Renato Regazzi ³, Gerente de Grandes Empreendimentos do SEBRAE, destacou em sua apresentação como a convergência setorial pode ser uma excelente estratégia competitiva para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. “Essa integração entre os setores econômicos que muitas vezes não se enxergam como parceiros, mas que podem ser complementares e correlatos. Se integrados, é possível alavancar a cadeia de valor das empresas clientes, por meio de interações e cooperação, com foco na inovação, na melhoria de processos, marcas, produtos e serviços”.

Segundo o representante do SEBRAE, a convergência tem a premissa de integração. “O Estado precisa integrar suas cadeias produtivas e seus setores por meio do diálogo e da troca de informações e conhecimento, além de aproveitar as suas vantagens comparativas para realmente evidenciar as vantagens competitivas de fato, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócio no Brasil”.

Para Regazzi, uma empresa não está sozinha, ela tem que fazer parte de uma rede mesmo informal. “Instituições como, o Sebrae e a ABIMAQ, tem uma série de programas para fomentar as redes de empresas locais para melhorar o seu empreendedorismo”.

Marcos Perez ⁴, superintendente de Mercado Interno da ABIMAQ, expôs as ações da entidade para geração de negócios entre associados, enfatizando eventos como Rodadas de Negócios e Encontros Empresariais, estudos de inteligência de mercado, banco de dados do setor industrial (Datamaq) e representatividade política junto ao poder público federal e municipal podem ajudar nesse processo.

Para Perez, a convergência setorial é importante na defesa da competitividade do Brasil. “Isso vai contribuir para gerar mais renda e emprego no país”.

CRÉDITO. Viviane Cardoso, da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES, apresentou produtos do banco para apoio às MPMEs e na Transformação Digital. “O apoio do BNDES às MPMEs vem se intensificando ao longo dos anos. Nos anos 1990, as MPMEs representavam 15% dos desembolsos do banco, em 2020 essa participação superou a metade do crédito concedido (53%)”.

Giselle Rezende ¹, gerente do Departamento de Financiamentos

“**O Estado precisa integrar suas cadeias produtivas e seus setores por meio do diálogo e da troca de informações e conhecimento, além de aproveitar as suas vantagens comparativas para realmente evidenciar as vantagens competitivas de fato, contribuindo para a melhoria do ambiente de negócio no Brasil”.**

» Renato Regazzi,
Gerente de Grandes
Empreendimentos
do SEBRAE

da ABIMAQ, ressaltou que o papel do Departamento de Financiamentos da ABIMAQ é ajudar as empresas no acesso ao crédito e se manterem competitivas. “Nós buscamos parcerias para que os fabricantes de máquinas e equipamentos, bem como seus clientes, tenham acesso a diversas opções de linhas de financiamento para produção, aquisição e exportação de máquinas e equipamentos produzidos no País; capital de giro; projetos de pesquisa, desenvolvimento, inovação tecnológica, indústria 4.0, além de investimento para implantação, ampliação e modernização de empresas”.

NEGÓCIOS. Fábio Galvão, diretor de Desenvolvimento Industrial da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), citou algumas oportunidades de novos negócios:

- » Regulamentação do modelo de administração do distrito previsto na Lei nº 6.979/2015, a ser aplicado como solução para custeio;
- » Implantação de usina fotovoltaica no terreno da CODIN de 102.000 m² para autoprodução de energia a ser consumida pelas indústrias do distrito (projeto de geração distribuída a ser financiado pela AgeRio);
- » Instalação de ETE para tratamento dos efluentes do distrito (outorga a ser realizada pelo município em edital público, com possibilidade de cessão do terreno pela CODIN).

A CODIN, por ser vinculada à Secretaria de Desenvolvimento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, está à disposição dos interessados para análise de novos projetos de empresas que desejem se instalar no Estado. ■



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

Plano Nacional de Energia é apresentado pela Empresa de Pesquisa Energética em reunião

Informações do estudo subsidiarão o planejamento estratégico das empresas fornecedoras de máquinas e equipamentos sob os diferentes cenários dos futuros possíveis nos mercados de petróleo, gás, biocombustíveis e bioenergia

“Ter uma indústria forte é essencial para o desenvolvimento do Brasil. Para isso, um dos insumos principais desse setor é a energia. Por isso é importante que os investidores pensem em termos de investimentos a longo prazo e na segurança de abastecimento energético para suprir as necessidades da própria empresa” (mais detalhes no gráfico abaixo), afirmou Heloisa Borges Esteves ④, diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em encontro, realizado no dia 16 de março.

Pela ABIMAQ, participaram do evento José Velloso ①, presidente executivo, Idarilho Nascimento ③, presidente do Conselho de Óleo e Gás e Alberto Machado ②, diretor de Petróleo, Gás Natural, Bioenergia e Petroquímica da ABIMAQ.

Heloisa explicou que o Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050) é uma estratégia de longo prazo do planejador em relação à expansão do setor de energia e que pode ser entendida como processo em três etapas:

Ela ressaltou que o PNE 2050 considera quatro aspectos: impactos ambientais, desenvolvimento socioeconômico, segurança nos riscos de suprimento de energia e competitividade. “O plano se propõe a construir consensos em torno de grandes questões e caminhos para o setor energético nacional, porque o planejamento do Brasil não é impositivo, ele é indicativo para saber quais os rumos que o governo está vendo para o setor. No entanto, o avanço desse plano exige consensos e entender que movimentos devemos iniciar agora para colher frutos daqui a 15, 20, 30 anos”.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS. O plano sugere que as empresas mantenham foco no aproveitamento dos recursos de petróleo, ampliando a exportação, mas se preparando para eventuais instabilidades no mercado e guerras de preços. Além disso, deve-se atentar para oportunidades de investimento no país para que a indústria do petróleo possa a



compensar suas emissões e desenvolver novas soluções de baixo carbono na transição energética.

O relatório aponta que a demanda por gasolina perde importância, de 35% em 2015 para 25% no cenário Desafio da Expansão (22% no cenário de Estagnação).

Com relação ao óleo diesel utilizado no transporte rodoviário de cargas aumenta sua já elevada representatividade, de 47% em 2015 para 51% em 2050 em ambos os cenários. Também haverá oportunidade para biodiesel, HVO (diesel verde) e gás natural no segmento de transporte.

O PNE 2050 destaca que é preciso promover o desenvolvimento

No entanto, o avanço desse plano exige consensos e entender que movimentos devemos iniciar agora para colher frutos daqui a 15, 20, 30 anos

» Heloisa Borges Esteves, diretora de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

eficiente do mercado e infraestrutura de gás natural, identificando futuras sinergias possíveis com soluções emergentes, tais como o hidrogênio e setores industriais estratégicos (ex.: fertilizantes, relacionado a segurança alimentar). “Como resultado do Novo Mercado de Gás, estima-se que os preços finais do gás natural estejam na faixa de US\$ 4 a 5/MMBtu para os contratos firmes e de US\$ 8 a 10/MMBtu para os contratos flexíveis em 2050”, comentou Heloisa.

O documento realça que é necessário pensar no aproveitamento energético dos resíduos da agropecuária com produção descentralizada de biogás/biometano e bioeletricidade.

A representante da EPE reforçou que os cenários do setor energético estão cada vez mais marcados pelo combate das mudanças climáticas e pela busca de um desenvolvimento sustentável. “Grande parte das nações e até os investidores começam a apresentar na sua agenda essa temática energética que fala não apenas de reduzir os custos e os riscos de abastecimento, mas também diminuir as emissões. O Brasil tem uma elevada oferta de recursos energéticos renováveis, então precisamos usar isso como uma fortaleza nossa e apostar nesse ativo energético”. ■

ETAPAS DA ESTRATÉGIA

DESENHO DA ESTRATÉGIA

- » Definição do conjunto de recomendações e diretrizes a serem seguidos.
- » **Instrumento:** Relatório Final do PNE 2050

IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA

- » Desenvolver conjunto de ações coordenadas que possibilitem a implementação da estratégia.
- » **Instrumento:** Plano de Ação

MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA

- » Monitorar os efeitos e desdobramentos da estratégia.
- » **Instrumento:** Plano de Monitoramento das Ações Estratégicas

Estratégia energética
de longo prazo
para expansão

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS



Oportunidades de fornecimento para os projetos da Chevron Brasil são abordadas na reunião da CSENO

Representante da Chevron Brasil expôs que a previsão de novos projetos da empresa é para o quarto trimestre de 2022

“Muitas das vezes o fornecedor tem demandas e nós da Câmara Setorial de Equipamentos Navais, Offshore e Onshore (CSENO), por temos uma base de parceiros associados muito grande, auxiliamos o operador a encontrar empresas que possam suprir suas necessidades”, afirmou **Bruno Galhardo**, presidente da CSENO, na abertura da reunião, realizada no dia 18 de março.

Denise Gouveia, gerente Estratégica de Compras da Chevron Brasil, enfatizou que é muito bom ter esse acesso centralizado para conseguir fornecedor, pois facilita no entendimento do mercado sobre o que está disponível e os seus gargalos.

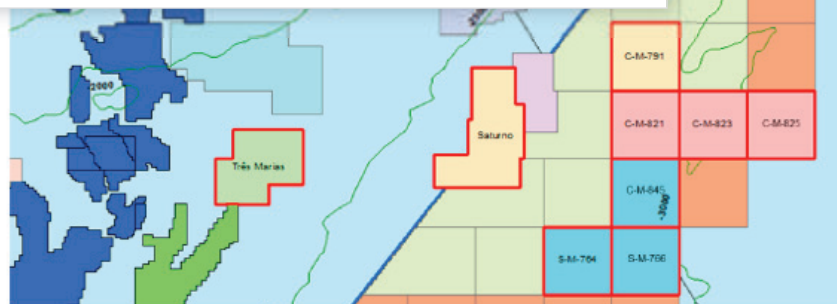
Com relação aos projetos, Denise disse que a empresa não está operando nenhum no momento, mas tem parcerias com operadores. “Nós temos bloco que operamos (destacado em amarelo no quadro ao lado), mas estamos alinhando com nossos parceiros a fim de partir para uma campanha exploratória com previsão de ocorrer os projetos no quarto trimestre de 2022”.

A representante da Chevron Brasil colocou que a empresa procura parcerias com fornecedores comprometidos com o País, promovam o crescimento econômico local, criem valor para os negócios e para a comunidade e alinhados com as seguintes qualidades: excelente registro de segurança, experiência e capacidade de entrega, boas práticas na área de conformidade, eficiência de custos, viabilidade financeira, preços competitivos, foco no cliente, soluções inovadoras de negócios e tecnologia, inovação e transformação digital, foco em sustentabilidade (boas práticas sociais, ambientais e éticas). ■



PROJETOS NO BRASIL

Block	Partnership (excluding PPSA, when PSC)	Contract	ANP Round	Basin
3 Marias	Petrobras [30%, op], Chevron [30%], Shell [40%]	PSC	PSC4 (2018)	Santos
Saturno	Shell [45%, op], Chevron [45%], Ecopetrol [10%]	PSC	PSC5 (2018)	Santos
C-M-791	Shell [40%, op], Chevron [40%], Petrogal [20%]	Concession	R15 (2018)	Campos
C-M-659	Shell [40%, op], Chevron [35%], QPI [25%]	Concession	R16 (2019)	Campos
C-M-713	Shell [40%, op], Chevron [35%], QPI [25%]	Concession	R16 (2019)	Campos
C-M-821	Repsol [40%, op], Chevron [40%], Wintershall [20%]	Concession	R15 (2018)	Campos
C-M-823	Repsol [40%, op], Chevron [40%], Wintershall [20%]	Concession	R15 (2018)	Campos
C-M-825	Repsol [60%, op], Chevron [40%]	Concession	R16 (2019)	Campos
S-M-764	Chevron [40%, op], Repsol [40%], Wintershall [20%]	Concession	R15 (2018)	Santos
S-M-766	Chevron [40%, op], Repsol [40%], Wintershall [20%]	Concession	R16 (2019)	Santos
C-M-845	Chevron [40%, op], Repsol [40%], Wintershall [20%]	Concession	R16 (2019)	Campos



CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS

Ana Paula Paschoalino é reeleita presidente da CSMEG para biênio 2021-2023

Em entrevista ao Informaq, Ana Paula Paschoalino ressalta a importância do trabalho conjunto com as associadas da CSMEG para fortalecer a cadeia de Máquinas e Equipamentos para Gravação, Impressão, Acabamento e Conversão. Confira a seguir:



Como você analisa o atual momento do segmento de Máquinas e Equipamentos para Gravação, Impressão, Acabamento e Conversão?

O nosso setor é muito misto. A parte envolvida com panfletos e eventos tiveram um grande baque. Já o nicho para a fabricação de embalagens, papel e papelão para as áreas de alimentação e farmacêutica houve um bom crescimento. No entanto, a maioria dos nossos associados conseguiram um ótimo desempenho no ano passado e no início de 2021 porque adaptaram-se a nova realidade do mercado encontrando nichos aquecidos como das divisórias e dobradeiras para fazer barreiras de proteção antiviral, entre outros produtos. Apenas sentimos o enfraquecimento até setembro de 2020, mas já no final do ano houve uma aquecida que continuou até março. Agora com as novas restrições, o segmento recuou um pouco. Apesar disso, a maioria das empresas relataram que estão com serviços e encomendas de máquinas até o meio deste ano e outras para o segundo semestre.

Quais os principais desafios para o setor?

O desafio já comum no mercado é a luta para desmitificar que o desmatamento é causado pela impressão e o papel. Inclusive, temos parceria com Two Sides, que é uma organização internacional cujo objetivo é promover a sustentabilidade da cadeia de suprimentos de comunicação gráfica e de embalagens celulósicas, para fazer campanhas mensais com informação correta sobre a utilização do papel e da madeira, além da análise do mercado.

Quais ações pretende realizar no biênio 2021-2023 em prol das associadas?

Além de dissipar os equívocos ambientais comuns com relação a impressão e papel, pretendo junto dos meus vice-presidentes consolidar a plataforma chamada Pravocv, com informações relacionadas ao setor de comunicação visual e impressão gráfica. A iniciativa permite que nossas associadas se cadastrem gratuitamente, além de empresas da cadeia produtiva, que desejam ficar mais próximas da mídia digital ao permitir a exposição de suas informações com isso gerar oportunidades de negócios. Também vamos dar continuidade ao trabalho com ações para fortalecer a cadeia de máquinas e equipamentos de gravação, impressão, acabamento e conversão diante da pandemia por meio da união das empresas. ■

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA PARA BIÊNIO 2021-2023:

PRESIDENTE

Ana Paula Paschoalino - VP Máquinas

VICE-PRESIDENTES

Bernardo Antonio Collaço - Prest-Mac Comercial e Industrial Ltda.

José Carlos Magazoni - Reinos Indústria e Comércio Ltda. (Reinaflex)



Produto BNDES Crédito Serviços 4.0 é discutido na reunião do GTMAV

Objetivo do financiamento é apoiar empresas na aquisição de serviços tecnológicos previamente credenciados no Portal CFI do BNDES

“O BNDES Crédito Serviços 4.0, lançado em setembro do ano passado para atender pleito da indústria, foi fruto de um trabalho dentro do Grupo de Trabalho Manufatura Avançada (GTMAV) da ABIMAQ, CNI, SENAI, EMBRAPPII após dois anos de discussões”, afirmou Giselle Rezende, gerente de financiamentos da ABIMAQ, na abertura da reunião do GTMAV, realizada no dia 26 de fevereiro. Ela ressaltou a importância da linha lançada em meio a pandemia com vistas ao aumento da produtividade das empresas.

Bruno Gellert, presidente do GTMAV, enfatizou que o BNDES está fazendo um excelente trabalho ao facilitar o acesso ao crédito para as soluções 4.0. “Eu tive uma experiência muito forte com Finame numa startup fabricante de máquinas a laser em 2010 ao levar uma tecnologia nova para toda a indústria, por meio de financiamento. Agora temos um produto com condições mais interessantes focado em tecnologias 4.0”.

Representando o BNDES, Gabriel Aidar, Matheus Chaguri, Fernanda Garavini, Gustavo Athayde Gonçalves e José Antônio Pereira esclareceram sobre as condições operacionais da linha de Crédito Serviços 4.0:

» **Beneficiários:** Pessoas jurídicas de direito privado e setor público (Estados, Municípios e concessionários) e Produtores rurais.

» **Taxa de juros:**

Custo Financeiro: TFB ou TLP ou Selic

+ **Taxa BNDES:** 0,95% a.a.

+ **Taxa Agente Financeiro:** negociável

» **Participação:** 100% com possibilidade de 20% de giro associado do valor total financiado

» **Prazo e carência:** Até 120 meses, incluído o prazo de carência de até 24 meses.

» **Limite por operação:** até R\$ 5 milhões.

Eles ressaltaram que a linha do BNDES apoia serviços tecnológicos associados a uma das categorias, tais como: manufatura enxuta, digitalização, Internet das coisas (IoT), manufatura avançada, desenvolvimento de novos produtos e processos, tecnologias industriais básicas, eficiência energética e redução de resíduos. “Desde o lançamento do Produto, já houve 23 empresas credenciadas e 51 serviços cadastrados”, enumera Gabriel Aidar.

Os representantes do BNDES enfatizaram a significância do produto em virtude do leque de opções voltado aos serviços tecnológicos, ponderando que a indústria 4.0 contribui com a produtividade e competitividade do setor.

Na ocasião, expuseram como realizar o cadastro dos fornecedores e dos serviços tecnológicos através do Portal CFI (<https://web.bndes.gov.br/CFI/>), cuja relação de documentos necessários deve ser digitalizada, conforme listadas abaixo:

» Credenciamento de Fornecedores de Serviços Tecnológicos:

- ECF (.txt) ou DAS (.pdf)
- RAIS (.txt)
- Contrato Social
- Logotipo (Catálogo)
- Detalhamento da estrutura
- Fotos
- Descrição da equipe
- Serviços prestados

» Credenciamento dos Serviços Tecnológicos:

- Foto (Catálogo)
- Descritivo Técnico
- Currículo do responsável técnico
- Notas Fiscais (chave eletrônica)
- Fornecimentos anteriores
- Vídeo explicativo
- Catálogo ■

CÂMARAS SETORIAIS E REGIONAIS



SABESP apresenta plano de investimento na reunião do SINDESAM

Mônica Porto, diretora de Sistemas Regionais da SABESP, também expôs os projetos da companhia para 2021/2022 na Baixada Santista e Interior de SP

“O leque de tecnologias que precisamos é muito amplo. Temos demanda por soluções para resolver o tratamento de água e de esgoto compacto que atenda até 100 casas e também para cidades maiores, como Santos e Paulínia”, afirmou Mônica Porto, diretora de Sistemas Regionais da SABESP, em reunião do Sindicato Nacional das Indústrias de Equipamentos para Saneamento Básico e Ambiental (SINDESAM), realizada no dia 30 de março.

Além de associadas da câmara, o encontro organizado por Estela Testa, presidente do SINDESAM, contou também com a participação de José Velloso, presidente executivo da ABIMAQ.

Mônica explicou que a Diretoria de Sistemas Regionais atende 334 municípios da Baixada Santista e Interior de São Paulo divididas em 10 unidades de negócios. “Temos em torno de 280 municípios já universalizados, no entanto, enfrentamos grandes desafios. Nas regiões litorâneas as dificuldades estão no abastecimento, como no Guarujá, e em lugares em que a população pobre moram em áreas irregulares, como no Litoral Sul. Além disso, enfrentamos problemas em cidades congestionadas, como é o caso de Paulínia. Outro obstáculo, é na parte noroeste de São Paulo que possui 82 municípios pequenos, que atendemos desde cidades do tamanho de Santos até núcleos populacionais de 150 casas”.

Segundo representante da Sabesp, para contornar esses desafios

exige muita diversidade de fornecimento de soluções. “Buscamos tecnologias importantes, por exemplo, nós começamos a fazer um teste no ano passado e agora em 2021 de locação de etas compactas para o Litoral Norte nos meses de verão e a ação teve muito sucesso. Também necessitamos de soluções de pequeno porte para o atendimento desses pequenos núcleos no interior. Além disso, temos demandas de geradores para as estações elevatórias para não deixar esgoto vazar nas praias”.

Mônica ressaltou que a Sabesp está com atenção na área de automação de todas as suas instalações, como de poços, estações elevatórias e de tratamento, entre outras. “Inclusive estamos montando com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) um programa para infraestrutura de sistemas operacionais de automação. Também começamos a testar um outro modelo de contratação nesse segmento de automação que é a compra de soluções por resultado. Já temos em torno de 11 estações de tratamento de água nesse modelo e estamos licitando mais 17”.

Ela acrescentou que ao longo do ano de 2021, a Diretoria de Sistemas Regionais pretende lançar obra de grande porte para aproveitamento da cava de pedra para implantar reservatório no Guarujá. “O projeto está na Agência Nacional de Mineração (ANM) porque precisa de liberação da lavra, mas acredito que até meio do ano conseguimos um retorno para prosseguir com as próximas etapas dessa iniciativa”. ■

COMÉRCIO EXTERIOR

Gecex reduz as tarifas de importação para máquinas e equipamentos classificadas como bens de capital (BK)

Após o anúncio, no dia 17 de março, a ABIMAQ adotou uma série de medidas para reverter a medida

No dia 19 de março de 2021, foi publicada a Resolução GECEX nº 173, que estabeleceu a redução da alíquota do imposto de importação de máquinas, equipamentos e seus componentes, quando classificados como BK, em média de 13,9 para 12,5%. Os itens tarifários que sofreram, a partir do dia 26 de março, a redução de tarifa de importação podem ser identificados no Anexo I da Resolução GECEX. A medida foi anunciada por representantes do Ministério da Economia em uma coletiva de imprensa na tarde do dia 17 de março, onde declararam que a redução de 10% seria estendida aos demais setores oportunamente.

Os representantes do Ministério da Economia esclareceram que, em função das atuais regras do Mercosul, a implementação de uma redução tarifária para o universo de todos os bens da TEC depende da aprovação unânime dos membros do bloco (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). Segundo o governo brasileiro, a proposta de redução seria submetida à aprovação dos demais membros do Mercosul no dia 26 de março, por ocasião da reunião da Cúpula dos. A decisão sobre a proposta no MERCOSUL foi, no entanto, adiada para o dia 22 de abril por ocasião do encontro do Conselho do Mercado Comum (CMC), que reúne os chanceleres e ministros das economias dos membros do bloco.

Apesar das sinalizações do Presidente da República e do Ministro da Economia Paulo Guedes sobre a intenção de promover uma política de abertura comercial, o anúncio foi recebido com surpresa pela indústria nacional. Isto porque nenhum setor foi notificado da decisão do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) e pelo fato de que a medida ocorreu em paralelo às tratativas com o setor privado para que fosse alcançado um modelo de redução tarifária sustentável para os setores envolvidos e que aportasse benefícios à economia do país.

A medida atinge diversos setores da indústria de transformação, uma vez que a representação de bens de capital não é de exclusividade da

Estima-se que serão impactadas mais de **30 mil empresas**, que empregam mais de **4,6 milhões de trabalhadores**.

ABIMAQ. Estima-se que serão impactadas mais de 30 mil empresas, que empregam mais de 4,6 milhões de trabalhadores. Estas empresas possuem faturamento agregado de R\$420 bilhões – equivalente a 12% do faturamento da indústria nacional – e exportam US\$21,2 bilhões, o que representa 24% de todas as exportações da indústria. Além disso, estas empresas são responsáveis por 15,6% do total das receitas da Previdência Social e pelo pagamento de 15,9% de toda a massa salarial da indústria nacional.

Com a finalidade de reverter a decisão, a ABIMAQ tem adotado uma série de medidas junto ao Executivo e ao Congresso Nacional. Entre estas ações, destaca-se que, no dia 22 de março, o Deputado Federal Marcelo Ramos protocolou um Projeto de Decreto Legislativo solicitando a sustação da Resolução GECEX nº 173/2021, que altera a alíquota do imposto de importação para BK e BIT.

Lembramos que a redução da tarifa de importação de BK e BIT já é alvo de debate no setor público e no meio acadêmico desde 2017. Nesse ano, inclusive, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (SAE) ligada à Casa Civil em suas publicações sugeriu a redução da alíquota do imposto de importação desses bens de 14% para 4%. Em dezembro de 2018, em uma reunião do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu pela redução da tarifa de BK e BIT para 4% até 2021. No entanto, a decisão não foi colocada em prática devido à uma ordem de suspensão da medida pelo então Presidente Temer. ■



» Departamento de Mercado Externo

Operações de comércio exterior, acordos internacionais, defesa e promoção comerciais

» Site: <http://bit.ly/abimaq-externo> » Tel.: (11) 5582-6346 » E-mail: consultas@abimaq.org.br

ABIMAQ se reúne com o deputado Marcelo Ramos, autor do PL que impõe limites às reduções do imposto de importação pelo poder Executivo

Em reunião com o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), atual 1º Vice-Presidente da Câmara, o presidente executivo da ABIMAQ, José Velloso e os presidentes de outras associações empresariais reforçaram seu apoio ao Projeto de Lei nº 537/2021, apresentado pelo parlamentar em 23 de fevereiro. O Projeto, que atualmente ainda aguarda a designação para as comissões na Câmara dos Deputados, tem por objetivo a imposição de condições e limites aplicáveis à alteração de alíquotas do imposto sobre a importação de produtos, uma prerrogativa exercida atualmente pelo Executivo de acordo com a Lei nº 3.244, de 1957.

Durante a reunião, foi destacado a amplitude das iniciativas que vêm sendo tomadas pelo governo brasileiro desde 2019, com o objetivo de promover a abertura comercial unilateral. Como exemplos desta política, foram mencionadas a proposta brasileira de redução da Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do Mercosul, que inicialmente era de um corte médio de 53% das alíquotas dos impostos de importação e, agora, é de 20%; e a pressão sobre os demais membros para a flexibilização das negociações comerciais no bloco - que permitem que o Brasil avance nas frentes negociadoras com países asiáticos. Em paralelo, os presidentes das associações chamaram a atenção do parlamentar para a aprovação pela Camex dos mandatos negociadores de acordos comerciais com Coreia do Sul, Vietnã e Indonésia, que também foram recebidos com surpresa pelos industriais, que sentiram profundamente a ausência de consultas públicas e da publicação dos estudos de impacto para dar início às tratativas. Ressaltou-se ao parlamentar que todas essas iniciativas são encaradas com muita preocupação pelo setor privado.

Os presidentes das associações chamaram a atenção do parlamentar para a aprovação pela Camex dos mandatos negociadores de acordos comerciais com Coreia do Sul, Vietnã e Indonésia, que também foram recebidos com surpresa pelos industriais, que sentiram profundamente a ausência de consultas públicas e da publicação dos estudos de impacto

Em nome da ABIMAQ, o presidente executivo José Velloso reforçou o apoio integral da associação ao projeto de lei, ressaltando sua importância: “o instrumento traz transparência e governança ao segmento de comércio exterior brasileiro, sobretudo nos temas tarifários e no processo de abertura comercial”. Reafirmou que a falta de previsibilidade nestes temas é nociva aos agentes econômicos e desincentiva os investimentos no país, uma vez que os setores produtivos perdem totalmente a confiança no governo em relação à política comercial. Ele prosseguiu, pontuando que o PL apresenta virtudes ao impor limites ao Executivo, obrigando-o a adotar procedimentos de transparência, como a realização de consultas públicas - e sua consideração na tomada final de decisão - e de Análises de Impacto Regulatório (AIR) previa-

mente e em justificativa aos atos de alteração tarifária. Por fim, José Velloso alertou que este assunto é estratégico, e não operacional, e que exige a racionalidade e previsibilidade em sua condução. Segundo ele, a atual concentração das ações de liberalização sobre o setor industrial é mal pensada por configurar penalização sobre estes setores. “A indústria é quem garante os empregos de alta remuneração, grande parte da captação de impostos e da dinamização econômica do país”, lembrou Velloso.

O deputado Marcelo Ramos, por sua vez, afirmou que a iniciativa do PL visa, sobretudo, colocar o debate sobre a mesa, sendo passível de aperfeiçoamento tanto nas trocas

O desafio é propor que o movimento de liberalização seja calibrado com a redução do Custo Brasil e a redução das barreiras comerciais aos produtos nacionais. É necessário entregar um ambiente de negócios favorável ao empresário para que assim se possa discutir a abertura.

com o setor privado quanto nas discussões com o governo. A opção pela apresentação do projeto se deu por considerar que a política de comércio exterior do governo federal

apresenta três defeitos principais: (i) é dogmática, não possuindo análise crítica sobre os efeitos de uma abertura unilateral; (ii) é unilateral, ao ignorar o diálogo com a indústria e o Congresso; e (iii) é absolutamente improvisada em determinados aspectos, mostrando-se abrupta, sem discussão prévia ou amparo em devidas justificativas. Essas características, que marcam a atual gestão, exigem que o Congresso traga para si o protagonismo neste debate. “O improviso gera grande instabilidade para os investidores, uma condição altamente prejudicial para a economia do país”, afirmou ele.

Segundo o deputado, a proposta do PL tem como argumento central a ideia de que não há como nadar contra a modernidade: a abertura comercial é uma premissa do desenvolvimento da economia brasileira. O desafio, no entanto, é propor que o movimento de liberalização seja calibrado com a redução do Custo Brasil e a redução das barreiras comerciais aos produtos nacionais. É necessário entregar um ambiente de negócios favorável ao empresário para que assim se possa discutir a abertura. Adicionalmente, o deputado ressaltou a sensibilidade que o momento atual representa em função da pandemia. A não consideração do Custo Brasil nas ações de política comercial tem o grande risco de tornar a economia brasileira essencialmente importadora de bens e exportadora de empregos e receitas arrecadadas em tributos, sem a garantia de redução de preços ao consumidor final. Há ainda o risco de não haver quem consuma os produtos no mercado, por conta do desmonte da plataforma industrial do país, setor da economia que dispõe de maior cadeia, gera maior massa salarial e que mais agrega valor. ■

COMÉRCIO EXTERIOR

Reunião do Conselho de Comércio Exterior da ABIMAQ aborda as perspectivas de ratificação do acordo com a UE e novas oportunidades no comércio com o Reino Unido

Representantes da Secex e da Apex-Brasil deram detalhes sobre o quadro brasileiro de negociações internacionais, as prioridades da agenda não-tarifária de comércio e as ferramentas que facilitam o acesso dos exportadores ao mercado europeu

Na ocasião da reunião do Conselho de Comércio Exterior da ABIMAQ, ocorrida em 22 de março de 2021, representantes de empresas do setor participaram de conversa com Alexandre Lobo, Subsecretário de Negociações Internacionais e Leonardo Lahud, Subsecretário de Regulação e Facilitação de Comércio, ambos da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia e Alex Figueiredo, Chefe de Operações do Escritório da Apex-Brasil em Bruxelas para tratar das relações comerciais do Brasil com a União Europeia e o Reino Unido pós-Brexit, juntamente das expectativas e oportunidades esperadas para o setor de máquinas e equipamentos nestes mercados.

Alexandre Lobo deu início ao evento destacando que a agenda brasileira de negociações comerciais é um dos pilares fundamentais do processo de abertura comercial e da inserção competitiva do país no comércio exterior: não fazer acordos significaria perder fatias do comércio mundial e estagnar o acesso preferencial dos produtos brasileiros em mercados estrangeiros. Atualmente, apenas 8% dos produtos exportados pelo Brasil usufruem de vantagens tarifárias em outros países, o que distancia o país da média global. A conclusão dos acordos com União Europeia (UE) e EFTA (European Free Trade Association, formada por Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein), por outro lado, faria esse número saltar para 38%.

Sobre o Acordo de Associação Mercosul-UE, Alexandre destacou que esse é o acordo de maior complexidade já negociado pelo Mercosul, o que se deve tanto à amplitude de temas quanto ao volume de comércio abrangidos pela negociação, que representa 25% da economia mundial. O *status* atual das tratativas, após a conclusão das negociações do capítulo comercial em 2019, é de grande avanço no processo de revisão legal dos textos, restando apenas o solucionamento de questões técnicas pontuais. Em seguida, se dará a etapa de tradução para as línguas oficiais dos Estados Partes, o que tem uma previsão de duração de três meses.

Em relação às dificuldades políticas que o acordo tem enfrentado, sobretudo em função do descontentamento de segmentos da sociedade europeia com os compromissos firmados no capítulo de desenvolvimento sustentável, que não se submetem ao mecanismo de solução de controvérsias e, portanto, à sanções, Alex Figueiredo destacou que o desafio apresentado pelas instituições da



Sobre o Acordo de Associação Mercosul-UE, Alexandre destacou que esse é o acordo de maior complexidade já negociado pelo Mercosul, o que se deve tanto à amplitude de temas quanto ao volume de comércio abrangidos pela negociação, que representa 25% da economia mundial.

União à ratificação do instrumento é grande. A despeito da Comissão Europeia se situar como forte apoiadora do acordo, sendo seus representantes vocais e oficiais em sua defesa, o Parlamento europeu tem sofrido com a forte pressão do *lobby* agrícola e dos partidos e organizações da sociedade civil que advogam pela causa ambiental. Além disso, países como França e Áustria têm liderado a oposição ao andamento do Acordo.

O governo brasileiro, por sua vez, pretende mobilizar o entusiasmo da presidência portuguesa em relação ao acordo para acelerar ao máximo o pro-

cesso de ratificação. Não há, no entanto, novidades ou uma previsão para apresentação da proposta de compromisso adicional ao capítulo de sustentabilidade por parte dos europeus, mecanismo pensado como solução ao impasse político em que o acordo se encontra no momento.

Apesar do tom realista sobre sua entrada em vigor, Leonardo Lahud enfatizou que o Acordo entre Mercosul e UE representa um paradigma para a agenda brasileira de facilitação do comércio e acesso a mercados, estabelecendo compromissos em temas não-tarifários que vão desde regulamentos técnicos, o uso de estratégias de gestão de risco no processo aduaneiro para diminuição da burocracia nas operações de comércio exterior e boas práticas, até normativas sobre comércio eletrônico, compras públicas, serviços, propriedade intelectual, investimentos e desenvolvimento sustentável. O estabelecimento desse novo marco para a agenda é fundamental para melhoria da competitividade do país e de seu ambiente de negócios, já que está diretamente relacionada à previsibilidade e segurança jurídica.

Quanto às relações comerciais com o Reino Unido, que recentemente concluiu o processo de saída da UE, Alex mencionou que o novo perfil tarifário adotado pelo país manteve a maior parte da estrutura anterior, destacando algumas reduções unilaterais, que, para o setor, apresentaram maior impacto no segmento de motores elétricos. Logo após a concretização do Brexit, afirmou Lobo, foram iniciadas conversas com o Reino Unido para o lançamento da frente negociadora com as autoridades brasileiras, com sinalização positiva de ambas as partes. A negociação de um acordo, no entanto, deve enfrentar desafios em razão das questões entre Argentina e Reino Unido em relação às Malvinas. Outras prioridades negociadoras mencionadas pelo Secretário para este ano foram dar andamento às tratativas com Canadá, Líbano, Coreia do Sul e Cingapura.

Além da agenda de negociações internacionais, também serão prioridades da Secex, durante as presidências pro-tempore da Argentina - durante o primeiro semestre deste ano - e Brasil - no segundo semestre de 2021 - no Mercosul, endereçar duas grandes reformas no âmbito interno do bloco, (1) a revisão da Tarifa Externa Comum (TEC); e (2) a revisão do Regime de Origem, havendo a intenção de encerrá-la até o fim do ano, atualizando as normas com base nos acordos com UE e EFTA e estabelecendo Requisitos Específicos de Origem para toda pauta de comércio do bloco.

A proposta atualmente apresentada pelo governo brasileiro sobre a revisão da TEC, cuja intenção é estabelecer uma estrutura tarifária mais moderna e eficiente na inserção dos sócios no comércio internacional, é de redução em 20% das alíquotas de importação de maneira gradual - 10% primeiro momento, 10% posteriormente - e transversal.

Tanto no âmbito das negociações extrarregionais quanto em relação às reformas intrazona, a ambição de inserção comercial de Brasil e Argentina são conflitantes e ainda se tenta compreender como será a atuação dos argentinos nas negociações em andamento com Coreia do Sul e negociações potenciais, como com Indonésia e Vietnã. Sobre as discussões em torno da flexibilização da Decisão nº 32/2000 do Mercosul, que obriga os sócios a negociarem acordos comerciais de maneira conjunta, ainda não há consenso, apontou Alexandre Lobo. A discussão técnica sobre a flexibilização virá apenas depois da decisão política em torno do tema, sinalizou o Secretário. ■

COMÉRCIO EXTERIOR

ABIMAQ e APEX-BRASIL renovam parceria

A cerimônia de assinatura do Projeto de Promoção das Exportações de Máquinas e Equipamentos acontecerá no dia 26 de abril

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) firmaram em 15 de março de 2021 a renovação do Programa Brazil Machinery Solutions, para o biênio 2021-2023. A cerimônia de celebração acontecerá no dia 26 de abril, em formato virtual, e contará com a participação do presidente da Apex-Brasil, Sérgio Segóvia, e dos representantes da ABIMAQ, o presidente do Conselho de Administração, João Carlos Marchesan, o presidente executivo, José Velloso e a diretora executiva de Mercado Externo, Patrícia Gomes.

O aporte financeiro para o atual Convênio de Cooperação é de 21 milhões de reais, sendo, 12,5 milhões de reais de investimento da Apex-Brasil e 8,6 milhões de reais de contrapartida das empresas apoiadas pelo Projeto. O recurso será utilizado em cerca de 40 ações, como feiras internacionais, rodadas de negócios, missões empresariais e de prospec-

ção de oportunidades no mercado internacional. Na ocasião será realizado o lançamento da “Jornada Internacional 2021”, uma ação conjunta da Campanha Esforço Exportador e do Programa Brazil Machinery Solutions para auxiliar as empresas no processo de internacionalização. Em parceria com especialistas do setor, durante um ano, serão realizadas diversas iniciativas com foco na exportação, como: webinars, estudos de mercado e ações para capacitar os empresários brasileiros para atuação internacional.

O presidente do conselho de administração da ABIMAQ, João Carlos Marchesan, ressalta: “Temos um desafio enorme pela frente que é o de mudar este cenário de atuação do Brasil no mercado internacional. Temos a missão de retomar a posição brasileira no *ranking* de exportadores no mercado mundial.”

Em maio de 2021, o Programa Brazil Machinery Solutions completará 21 anos promovendo as exportações brasileiras de máquinas e equipamentos e fortalecendo a imagem do Brasil como fabricante de bens de capital mecânicos, com qualidade, criatividade e capacidade tecnológica compatíveis com as exigências do mercado mundial. Para o presidente executivo, José Velloso, o Brazil Machinery Solution é vencedor. “Temos uma parceria ininterrupta com a Apex, que vem superando anos turbulentos do país. Temos vários associados que afirmam que



um dos poucos recursos tributados no Brasil que retornam às empresas é o dinheiro que vai para a Agência. Pela continuidade e manutenção é fundamental que haja uma política de incentivo e promoção de exportação constante”, finaliza o executivo.

Para a diretora executiva de mercado externo e gerente do Programa Brazil Machinery Solutions, Patrícia Gomes, “Estimular a cultura exportadora é fazer com que as empresas tenham claro que exportar é uma estratégia a ser desenvolvida é o nosso maior desafio. Na Diretoria de Mercado Externo nós visamos a internacionalização das fabricantes, para que a nossa indústria esteja fortalecida, independente do cenário econômico do país”, comenta a executiva.

A economia brasileira acumulou ao longo das últimas décadas um conjunto de ineficiências e distorções que têm prejudicado a competitividade do setor produtivo. Para este biênio, as principais metas do Programa serão de promover um desenvolvimento sustentável do processo de internacionalização das empresas fabricantes de máquinas e equipamentos, com ações direcionadas à capacitação, à informação, à defesa de interesses, ao fortalecimento de imagem e agenda de negócios para o setor. Os mercados prioritários, definidos de acordo com os interesses dos diversos segmentos do setor são: Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México, Paraguai e Peru. ■

Vendas de máquinas e equipamentos brasileiros para agropecuária crescem mais de 200% no mercado da eurásia

A primeira rodada virtual de negócios entre ABIMAQ e Apex-Brasil para o setor gera resultados surpreendentes

Durante o mês de março, nove empresas brasileiras fabricantes de máquinas e equipamentos para o setor agropecuário (Baldan, Eurolatte, Himev, Inroda, Jacto, Jan, Stara, Tatu Marchesan e Zaccaria) participaram de uma intensa agenda de reuniões de negócios com compradores da Rússia e países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI). Essa foi a primeira ação organizada pelo escritório da Apex-Brasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) em Moscou em parceria com a que aconteceu de forma totalmente *online*. As ações virtuais têm sido uma alternativa para suprir a ausência de interação com os clientes, uma vez que ainda não há uma orientação definitiva quanto a retomada dos eventos presenciais.

Com o apoio de um prestador de

serviço local para o *match* de interesses, 22 compradores confirmaram a participação no encontro virtual com os empresários brasileiros, totalizando 87 reuniões B2B. Os compradores da Rússia representaram 63% dos contatos, seguido por Cazaquistão com 23% e Ucrânia, República Belarus e República Quirguiz com 4% cada um. Entre as empresas da Eurásia, a ação reuniu os principais distribuidores e *holdings* da região, promovendo reuniões de alto nível com a presença dos tomadores de decisão.

No *ranking* de 2020 dos principais destinos das exportações brasileiras de máquinas e equipamentos da CSMIA (Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas), a Rússia ocupa a 7ª posição, representando 4% da participação total e com o volume de USD 35 milhões. No comparativo

2020 vs 2019 houve um crescimento de 134% da participação brasileira no mercado, já quando olhamos o período de 05 anos o resultado é ainda mais positivo, o crescimento é de 219%. O segundo país da Eurásia que também tem explorado a tecnologia e qualidade dos equipamentos brasileiros para agropecuária é a Ucrânia, o país ocupa a 13ª posição e representa 2% da participação total, com um volume de USD 16,5 milhões.

Analisando 2020 vs 2019 houve um crescimento de 11%, no entanto, quando ampliamos a análise para 2020 vs 2016 a presença dos equipamentos brasileiros cresceu 121%. Com um mercado aquecido e receptivo para as tecnologias brasileiras o desafio físico a ser enfrentado foi o fuso horário que variava entre 6 e 9 horas, no entanto, com o comprometimento de todos os envolvidos para a realização, a ação rendeu resultados muito positivos, USD 690 mil dólares foram negociados durante o evento e há uma expectativa de que USD 2,7 milhões ainda sejam negociados nos próximos meses.

De acordo com a diretora executiva de mercado externo da ABIMAQ e gerente do Programa Brazil Machinery Solutions, Patrícia Gomes, “desde 2002 temos trabalhado para

fortalecer a relação comercial Brasil-Rússia, nos últimos 18 anos, 27 compradores de máquinas e equipamentos da Eurásia e Leste Europeu participaram das Rodadas Internacionais de Negócios da Agrishow”.

O Chefe de Operações do Escritório Eurásia localizado na Rússia, Almir Américo destaca: “A Rodada Virtual *Online* Eurásia do Setor de Equipamentos Agropecuários foi bem-sucedida em termos de resultados e de satisfação dos participantes, tanto as empresas brasileiras como as empresas da Eurásia. Considerando que os objetivos iniciais do Escritório Eurásia ao propor a ação foi de criar a oportunidade para que as empresas brasileiras encontrassem seus primeiros parceiros de negócios na região, ou que ampliassem sua rede de parceiros para aquelas que já tinham iniciado trabalho nesses países, o evento surpreendeu os organizadores em termos de resultados concretos de negócios”.

A ação contou ainda com diversas iniciativas de comunicação, catálogo virtual, *hotsite* e divulgação nas mídias sociais foram algumas das estratégias utilizadas para a promoção da rodada. O esforço de divulgação resultou na visibilidade da iniciativa junto aos especialistas do setor na Eurásia, levando à publicação de artigos em 04 portais de notícias do setor agropecuário na região. ■





FINANCIAMENTOS

» Departamento de Financiamentos

Informações adicionais podem ser obtidas com o DEFI/ABIMAQ.

» Site: <http://bit.ly/abimaq-financiamentos> » Tel.: (11) 5582-6361 » E-mail: defi@abimaq.org.br

Sicredi lança linha de financiamento com apoio da Câmara Setorial de Equipamentos para Armazenagem de Grãos

Projeto foi apresentado durante encontro online promovido pelo departamento de Financiamentos da ABIMAQ

No dia 24 de março, o Sistema Cooperativo de Crédito – Sicredi lançou uma linha de financiamento voltada ao agronegócio que contempla a construção, ampliação, modernização e reforma de armazéns. O encontro contou com apoio da Câmara Setorial de Equipamentos para Armazenagem de Grãos (CSEAG), inclusive nos debates de estruturação da linha.



As condições apresentadas na ocasião foram propostas em conjunto pelas quatro cooperativas conveniadas com a ABIMAQ, sendo: Sicredi Campos Gerais PR/SP, Sicredi Vale do Piquiri ABCD PR/SP, Sicredi Parque das Araucárias PR/SC/SP e Sicredi Iguazu PR/SC/SP. Juntas, as cooperativas estão presentes em 134 municípios brasileiros.

A Diretora de Negócios do Sicredi, Leila Rejeane Dobis, expôs que o Sicredi possui presença nacional com atuação local e conta com mais de 300 soluções que atendem a todos os públicos, para diversas necessidades.

O gerente de Desenvolvimento de Negócios em Crédito, Rafael Furuzawa, revelou que para a modalidade de reforma e modernização, a linha oferece taxa de 0,80% a.m e prazo de pagamento de até 3 anos, mas que essas condições são válidas até 04 de maio/2021, sujeitas a alterações conforme movimento da Selic. Quem pretende investir na estrutura necessária à armazenagem de grãos, deverá analisar o financiamento de acordo com o prazo de pagamento, sendo: taxa CDI + 6,5% a.a (prazo de até 5 anos e recursos próprios), taxa de 8,5%

a.a + TR (prazo de até 8 anos e recursos de poupança) e por fim, taxa de 8,5% a.a (prazo de até 7 anos e recursos de poupança). Para ambas opções o público-alvo são produtores rurais, empresas do agro e cooperativas, conforme disponibilidade de recurso.

O presidente da CSEAG, Paulo Antônio Pusch Bertolini, esteve no encontro e questionou Rafael Furuzawa, se existira limitação do total tomado pelo produtor ou cooperativa.

“Nessas duas modalidades que estamos oferecendo, não haverá. O que será analisado é a capacidade de pagamento da empresa, se isso for favorável então conseguimos financiar valor ilimitado, o teto máximo”, respondeu.

O gerente de Desenvolvimento de Crédito do Sicredi esclareceu que a linha de crédito financia qualquer equipamento independente de ter o código Finame ou não. “Essa é a grande facilidade de trabalharmos com recursos próprios e não estarmos atrelados ao Finame”, comentou.

As modalidades têm carência de até 45 dias ou, dependendo do projeto, o vencimento poderá ser anual, mas o presidente da CSEAG sugeriu ao Sicredi a viabilização de até dois anos de carência (nas linhas de até 5 anos), a depender da negociação do cliente. A proposta será apresentada na diretoria e alinhada junto às quatro cooperativas parceiras da ABIMAQ.

Para conhecer as Cooperativas do Sicredi e obter mais informações sobre essa e outras linhas de financiamento, entre em contato pelo e-mail defi@abimaq.org.br. ■

Banco do Brasil lança linha para setor de armazenagem de grãos

Em ações desenvolvidas pela Câmara Setorial de Equipamentos de Armazenagem de Grãos (CSEAG) e o Departamento de Financiamentos da ABIMAQ junto ao Banco do Brasil, foi estruturada a nova linha “Investe Agro Armazenagem”, destinada à construção e ampliação de armazéns.



A formulação da Linha vem sendo abordada pelas frentes desde dezembro do ano passado mediante um cenário de ausência de financiamento para o setor e tendo o Banco do Brasil como forte agente operador. Com operacionalização nas agências do Banco desde o início de março/21, as empresas já podem solicitá-la.

Os Produtores rurais sendo pessoas físicas ou jurídicas e as Cooperativas de produção agropecuária (singulares ou centrais) na condição de produtora rural visando empreendimentos de titularidade da cooperativa, poderão se beneficiar. A carência das operações será de até 1 ano e a participação de até 100% do valor do projeto, com garantias passíveis de negociação entre o banco e o cliente.

Confira as Condições de Financiamento:

ENCARGOS PREFIXADOS:

- » Prazo até 6 anos: 7,95% a.a.
- » Prazo entre 6 e 7 anos: 8,75% a.a.

ENCARGOS PÓS FIXADOS:

- » Prazo de até 5 anos: TR + 7,5% a.a.

Obs: Taxa flat será cobrada 2% na esteira BB Agro e 3% na agência.
Tarifa de 0,5% sobre o valor financiado.

Ressaltamos que, para dar suporte e acompanhar as empresas na busca desses financiamentos, o Departamento de Financiamentos da ABIMAQ estará à disposição das empresas Associadas, devendo as consultas ser enviadas ao e-mail defi@abimaq.org.br. ■



FINANCIAMENTOS

ABIMAQ promove Webinar com representantes do BNDES

O Banco de Desenvolvimento apresenta atualizações dos produtos e programas para 2021

Os associados da ABIMAQ tiveram a oportunidade de acompanhar, no dia 11 de março, uma webinar que contou com a participação de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que trataram das atualizações dos produtos e programas para 2021.

As apresentações foram feitas por Tiago Peroba ①, responsável pelo departamento de Clientes e Relacionamento Institucional, Ricardo Rivera ②, chefe do departamento de Telecom, TI e Economia Criativa, Henrique de Azevedo Ávila ③, chefe do departamento de crédito à exportação.

O encontro também contou com participação de Ana Cristina Costa ④, chefe do departamento de Bens de Capital, Mobilidade e Defesa do banco, José Velloso ⑤, presidente executivo da ABIMAQ e Giselle Rezende ⑥, gerente do departamento de Financiamentos da associação.

Os representantes do banco de fomento revelaram que para este ano estão executando uma transformação digital que busca facilitar o acesso ao crédito para MPME e melhorar a experiência do cliente, baseada em alguns pilares: digitalização para melhoria da jornada das MPMEs, Marketplace (Canal MPME), processos digitalizados (BNDES Online) e modelos de negócio de base digital (Fintechs).

Entre outras perspectivas para 2021, Rivera destaca os desafios da atuação direta do BNDES para a indústria de BK. Celeridade na implantação e desenvolvimento de oferta na



indústria 4.0, apoiar novos instrumentos alternativos de garantias e fundo e em Inovação, o foco em recursos não reembolsáveis em modelos escaláveis e em parceria.

Abordando o tema de financiamento à exportação Henrique explicou as condições nas modalidades das linhas no pré e pós-embarque e a reforma do sistema público de apoio, que tem como objetivo ser um instrumento estratégico de política externa, abertura de novos mercados, geração de emprego qualificado no Brasil, geração e/ou entrada de divisas, desenvolvimento de cadeia de fornecedores e tecnologias. Dado o amplo escopo do projeto de remodelagem, diversos pontos ainda deverão ser tratados ao longo do primeiro semestre de 2021, incluindo-se decisões por parte do alto nível hierárquico da administração.

Nas operações indiretas, Peroba apresenta sobre a mais nova linha, BNDES Finame Baixo Carbono, para aquisição e comercialização de sistemas de geração de energia solar e eólica, aquecedores solares, ônibus e caminhões elétricos, híbridos e movidos exclusivamente a biocombustível e demais máquinas e equipamentos com maiores índices de eficiência energética ou que contribuam para re-

dução da emissão de gases de efeito estufa, cadastrados no CFI. O diferencial é a remuneração do banco repassador sendo limitada a 3,5% ao ano, compondo com o custo financeiro de TFB ou TLP ou Selic, acrescido do spread do BNDES de 0,95% ao ano.

Também atualiza os programas e produtos disponíveis nos agentes financeiros, sendo de grande valia para o setor como:

- » BNDES Finame Materiais, oferece apoio para aquisição de bens industrializados (exceto máquinas e equipamentos) com mais de 2.500 itens industrializados, podendo financiar móvel, embalagem, aço, ferro e demais metais, tecido, papel e papelão, vidro, adubo, tinta, madeira e tubo
- » O BNDES Crédito Serviços 4.0, financia a contratação de serviços tecnológicos credenciados pelo BNDES, associados à otimização da produção, à viabilização de projetos de manufatura avançada e à implantação de soluções de cidades inteligentes e outros similares.
- » O BNDES Crédito Rural, os beneficiários são as cooperativas de produção rural e produtores rurais (PF e PJ), para financiar máquinas e equipamentos e projetos de investimentos relacionados com as ativi-

dades agropecuárias.

- » Linha Crédito Médias Empresas para o financiamento a médias empresas para investimentos, projetos de investimento ou capital de giro isolado no limite de R\$ 20 milhões por ano e que pode financiar máquinas e equipamentos, componentes e bens de informática, bens industrializados, Capital de Giro associado.

Peroba aproveitou a oportunidade para esclarecer que no fluxo operacional dos processos de financiamentos, as operações protocoladas por meio do Sistema BNDES Online, nos Produtos Finame, BNDES Automático e Crédito Serviços 4.0, o prazo de protocolo do Pedido de Liberação (PL) da primeira parcela do crédito ou da parcela única deverá ser protocolado no BNDES no prazo máximo de 270 dias após a data da homologação da operação de crédito, respeitando a data de vencimento da carência. Exceto para operações que sejam contratadas no Custo Financeiro TFB e Finame Materiais Industrializados. ■

» SAIBA MAIS

- » Para obter mais informações sobre essa e outras linhas de financiamento, entre em contato pelo e-mail defi@abimaq.org.br.

MP suspende a exigibilidade de certidões para novos financiamentos

Com propósito de aliviar economicamente os negócios mais afetados pela crise da pandemia de covid-19 que perdura em 2021, o Governo Federal publicou a **Medida Provisória (MP) nº 1.028/2021** que estabeleceu normas para facilitar o acesso ao crédito com recursos oficiais.

A MP define algumas dispensas de observação normalmente feita pelas Instituições Financeiras no âmbito de suas contratações e renegociações de operações de crédito. A suspensão das normas legais será temporária e valerá até **30 de junho de 2021**.

Com base na Medida, o BNDES divulgou por meio de seus normativos que a suspensão da exigibilidade das comprovações será aplicada nos Produtos BNDES Finame, BNDES Automático, BNDES Crédito Serviços 4.0, Cartão BNDES, Microcrédito e Sistema BNDES Online

A nova medida possibilitará a suspensão da exigência de comprovações listadas abaixo, para novas solicitações de financiamento:

» **CND** [Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União] ou

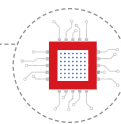
CPEND [Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União];

» **CRF** [Certificado de Regularidade do FGTS];

» **ITR** [Imposto Territorial Rural];

» **RAIS** [Relação Anual de Informações Sociais] ou

quando for o caso, **declaração** da Beneficiária Final de que foram inseridas no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial as informações de seus trabalhadores relativas ao ano-base. ■



TECNOLOGIA

MCTI e EMBRAPII disponibilizará R\$ 80 milhões para projetos de inovação tecnológica na indústria

A ABIMAQ fará parte do Conselho Consultivo da Rede, que será responsável pela definição da estratégia e diretrizes de atuação

Com o objetivo de intensificar projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de maior complexidade tecnológica e incentivar o uso e o desenvolvimento de tecnologias digitais aplicadas ao processo produtivo da industrial nacional, tais como de Internet das Coisas (IoT), Manufatura 4.0, Conectividade, entre outros, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) lançaram, no dia 10 de março, a Rede MCTI/EMBRAPII de Inovação em Transformação Digital.

Pela iniciativa, a indústria brasileira terá pelo menos R\$ 80 milhões disponíveis para modernizar seu processo produtivo. O apoio financeiro da EMBRAPII aos projetos de empresas poderá chegar a até 50% do valor total com recursos não reembolsáveis. A expectativa é alavancar os recursos investidos e, em cinco anos, gerar mais de R\$ 160 milhões em projetos de inovação, na medida em que o modelo de financiamento da EMBRAPII exige a contrapartida financeira por parte do setor empresarial.

Além do recurso, oriundo da Lei de Informática e do Programa Rota 2030, a rede formada por 22 Unidades EMBRAPII vai disponibilizar profissionais qualificados e equipamentos de ponta para o desenvolvimento de produtos inovadores e modernização dos processos produtivos de qualquer segmento industrial.

Projetos voltados para desenvolvimento de carros conectados e autônomos ganham destaque na rede: o desafio é revolucionar como nos locomovemos. Outro grande desafio é o



apoio a startups deep techs, aquelas com maior densidade tecnológica. A proposta é reduzir, além do risco tecnológico, o risco mercadológico, e acompanhar o desenvolvimento do produto desde a pesquisa até sua chegada ao mercado.

Também será desenvolvido um modelo inédito para apoiar projetos de P&D realizados por consórcio de empresas na etapa pré-competitiva. Será a união de empresas de diferentes portes, startups e Unidades EMBRAPII para o desenvolvimento de novas rotas tecnológicas em áreas estratégicas.

A Rede de Inovação vai se organizar em quatro comitês técnicos: operacionalização; startups; infraestrutura e veículos autônomos e mobilidade. A presidência será rotativa e ficará em um primeiro momento sob a liderança do Instituto Eldorado.

O Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Da Costa, e mais sete instituições privadas parceiras vão participar do Conselho Consultivo da Rede, que definirá a estratégia e diretrizes de atuação. São elas: Confederação Nacional da Indústria (CNI), Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE), Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação (P&D Brasil), Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos e Odontológicos (ABIMO) e Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e Associação Brasileira das Empresas Software (ABES). ■

MODALIDADES DE FOMENTO

Serão quatro modalidades de fomento:

» TIPO 1 - PROJETOS "TRADICIONAIS"

O primeiro tipo de projeto foca grandes e médias empresas, com Receita Operacional Bruta (ROB) maior que R\$ 90 milhões no último ano. Elas recebem até 33% de aporte financeiro no portfólio nos projetos por parte da EMBRAPII – como é tradicionalmente feito nos projetos contratados pelas Unidades.

» TIPO 2 - PROJETOS COOPERATIVOS, QUE ENVOLVEM DUAS OU MAIS EMPRESAS DE DIFERENTES PORTES PARA SOLUÇÕES

Tem o objetivo de incentivar a colaboração entre grandes empresas com empresas de menor porte, inclusive startups. Nesse caso, o valor financeiro aportado pela EMBRAPII pode chegar a 50% do portfólio do valor dos projetos. Pelo menos uma das empresas deve ter ROB igual ou inferior a R\$ 90 milhões no último ano.

» TIPO 3 - PROJETOS DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E STARTUPS

Voltado para o negócio de menor porte, que está arriscando e desenvolvendo novas tecnologias. Pequenas e médias empresas e startups são importantes atores no avanço tecnológico, muitas vezes investindo em tecnologias com potencial disruptivo. Por isso, a ideia é dar um apoio maior a projetos desse segmento da Economia. A EMBRAPII, então, cobrirá os custos de até 50% do portfólio do valor do projeto de PD&I de empresas que tenham o ROB igual ou inferior a R\$ 90 milhões (noventa milhões de reais), no caso das pequenas empresas, ou inferior a R\$ 16 milhões (dezesesseis milhões de reais), no caso das startups.

» TIPO 4 - AÇÕES COMPLEMENTARES COM STARTUPS – CICLO COMPLETO

A quarta modalidade é de ações complementares aos projetos de PD&I de startups, apoiando um ciclo completo de fomento. O intuito é que essas novas empresas transformem a tecnologia em um negócio de fato, em inovação. Isso porque as startups ainda estão em formação, requerendo assim apoio adicional para conseguirem levar os novos produtos ao mercado ou para se colocarem como uma fornecedora confiável de uma outra empresa. Assim, a EMBRAPII também dará contrapartidas para dispêndios como homologações ou certificações, provas de conceito, lotes piloto, registro de propriedade industrial, além de serviços de assessoria qualificada em inovação, design, modelagem de negócios, entre outros, desde que relativos ao projeto de P&D originalmente desenvolvido em parceria com a Unidade Embrapii.

*Com informações da Embrapii/MCTI

TREINAMENTOS ABIMAQ



» Confira abaixo a programação de treinamentos disponíveis para o mês de Abril até início de Maio de 2021.

» Site: www.abimaq.org.br/cursos » Tel.: [11] 5582-6321/5703 » E-mail: capacitacao@abimaq.org.br

12 e 13 de Abril → ONLINE → REPETRO SPED E APLICAÇÕES

15 de Abril → ONLINE → Técnicas de Vendas & Fechamento Comercial na Indústria de Máquinas e Equipamentos

19 e 20 de Abril → ONLINE → Capacitação em Classificação Fiscal de Mercadorias - Interpretação da Teoria e Aplicação Prática

23 de Abril → ONLINE → NR12-

Segurança Pneumática e Hidráulica ISO 4414 e ISO 4413 / NOÇÕES BÁSICAS
29 e 30 de Abril → ONLINE → NR5 - CIPA
30 de Abril → ONLINE → PALESTRA GRATUITA – Como Contestar Pleitos

Objeto de Importação (ex-tarifário, bens usados e similar)

04 de Maio → ONLINE → Compras & Supply Chain na Cadeia Produtiva de Máquinas e Equipamentos ■



» Departamento de competitividade, economia e estatística

Acesse as pesquisas e estudos especiais do setor.

» Site: <http://bit.ly/abimaq-economia> » Tel.: (11) 5582-6347 » E-mail: deee@abimaq.org.br



Receita Líquida do setor de máquinas e equipamentos continua a crescer e tem variação positiva em 27,4% no primeiro bimestre de 2021 comparado com o mesmo período do ano passado

O crescimento é devido principalmente pelo mercado interno continua aquecido

» Receita Líquida de Vendas

Dados do mês de fevereiro de 2021 apontam continuidade da recuperação da atividade na indústria de máquinas e equipamentos.

A receita total do setor superou em 6,3% o resultado de janeiro de 2021 e em 18,0% o do mesmo período de 2020. Com isso, o primeiro bimestre no ano encerrou com crescimento de 27,4%.

O resultado anualizado mostrou nova expansão, desta vez da ordem de 9,3%.

» Receita Líquida Interna

O mercado doméstico continua como o responsável pela melhora no desempenho em alguns dos setores fabricantes de máquinas e equipamentos.

Em fevereiro o crescimento da receita interna foi 6,2% na comparação com o mês de janeiro de 2021 e de 35,6% em relação a fevereiro de 2020.

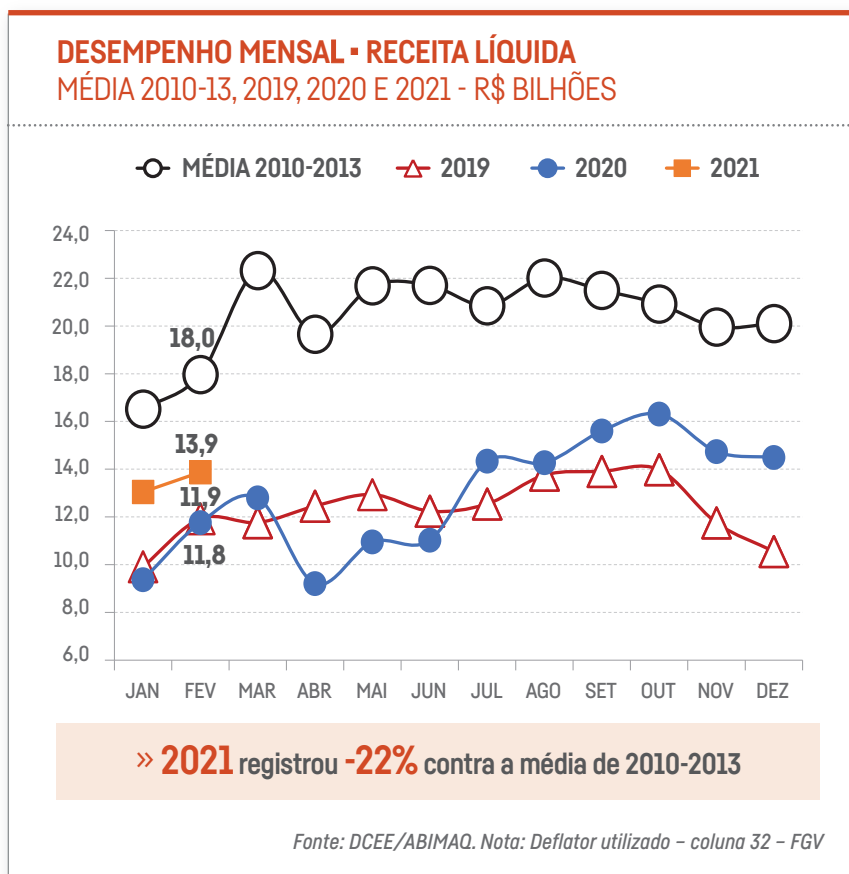
» Receita de Exportação

As exportações de máquinas e equipamentos sentiram fortemente a redução do comércio global em razão da pandemia em 2020.

Após crescer 0,9% em dezembro, as exportações de máquinas recuaram 1,6% em janeiro de 2021 e 20,3% em fevereiro.

A queda mais forte de fevereiro anulou a recuperação observada nos últimos dois meses. O resultado anualizado recuou novamente para 24,3%.

O comércio internacional vem ganhando ritmo junto à expansão da vacinação mundo a fora, indicando que o cenário para as exportações de máquinas poderá ser benéfico,



principalmente, mantido o câmbio desvalorizado

» Importações

As importações que vinham registrando uma fraca recuperação voltaram a recuar nos últimos dois meses e mais fortemente durante o mês de fevereiro de 2021.

Tudo indica que o real desvalorizado combinado agora com os elevados custos de fretes, tenham pesado na decisão de investir com máquinas estrangeiras.

Fevereiro registrou queda de 8,9% na comparação com jan21 e de 41,8%

na comparação interanual.

Este forte recuo na comparação interanual tem uma explicação adicional que é a base de comparação elevada pelos investimentos no setor de mineração.

» Consumo Aparente

Ainda que as receitas direcionadas para o mercado local tenham registrado desempenho positivo importante (+35,6%) a queda nas importações (-41,8%) comprometeu o resultado do consumo aparente do mês de fevereiro que recuou 11,2% na

comparação interanual, anulando parte importante do crescimento observado no primeiro mês do ano.

No bimestre o consumo aparente registrou crescimento de 3,7% ante 24% observado em janeiro.

O produtor local, novamente ganhou espaço no market share nacional e agora ocupa 55,4% do consumo aparente de máquinas e equipamentos. No mesmo período de 2020 a participação era de apenas 40,1%.

» Produção

A indústria de máquinas e equipamentos encerrou o mês de fevereiro utilizando 74,8% da sua capacidade instalada, estabilidade em relação ao mês de janeiro de 2021, mas crescimento de 1,2% sobre fev20, quando então o setor ocupava 73,9% da sua capacidade instalada.

A carteira de pedido, medida em número de semanas, registrou uma pequena queda na ponta [1,4%] mais se manteve 24,2% acima da observada em 2021.

Atualmente o setor conta com 11,4 semanas de carteira de pedidos.

» Emprego

Em janeiro, o setor de máquinas e equipamentos registrou 330 mil postos de trabalho, alta de 1,1% em relação a dezembro e 8,2% na comparação com janeiro de 2020.

A normalização relativamente rápida das atividades do setor diante do baixo patamar histórico de ocupação, proporcionou ambiente favorável à retomada das empresas no segundo semestre de 2020. Portanto, a alta dos empregos se deve à recomposição da força de trabalho. ■

Robson Braga de Andrade - CNI



O BRASIL NÃO PODE PRESCINDIR DE UM BNDES FORTE



Instituição financeira fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro, e um dos maiores bancos de fomento a projetos industriais e de infraestrutura no mundo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está, mais uma vez, sob a ameaça de perder recursos. A Proposta de Emenda Constitucional nº 186, a PEC Emergencial, previa o fim da destinação de 28% da arrecadação de PIS/Pasep que compõe o orçamento do banco por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Após a reação de representantes do setor produtivo e de parlamentares, o relator da proposta no Senado Federal, senador Márcio Bittar (MDB-AC), retirou o item do seu parecer. Mas é preciso ficarmos vigilantes para que esse dispositivo não retorne na votação que ocorrerá no Congresso Nacional.

Da mesma forma, é indispensável evitar que prosperem diversas outras iniciativas do gênero, que tentam usar os recursos do principal banco de fomento ao financiamento de longo prazo do Brasil para finalidades estranhas ao dispositivo previsto na Constituição Federal, independentemente do mérito que tenham.

Não podemos prescindir de um BNDES forte e atuante. Desde sua criação, na década de 1950, o banco vem tendo uma participação decisiva no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. É impossível olhar para as grandes transformações da economia nacional nos últimos 70 anos sem identificar a instituição não somente como financiadora, mas também como um núcleo de planejamento e de formulação de estratégias para o desenvolvimento.

Da expansão da infraestrutura e da indústria à condução do processo de privatizações, entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 2000, o BNDES sempre se mostrou uma ferramenta indispensável, adaptando-se aos desafios enfrentados pelo país a cada nova etapa.

No contexto da crise provocada pela pandemia da Covid-19, o banco demonstrou sua importância mais uma vez, contribuindo com programas essenciais à preservação das empresas e

“É impossível olhar para as grandes transformações da economia nacional nos últimos 70 anos sem identificar a instituição não somente como financiadora, mas também como um núcleo de planejamento e de formulação de estratégias para o desenvolvimento”

dos empregos, ao criar e operacionalizar, em curtíssimo prazo, linhas de crédito emergenciais.

A capacidade de financiamento do BNDES não encontra paralelo na história brasileira. No plano internacional, poucos países ergueram uma instituição com tamanho poder de estimular o desenvolvimento nacional. Paradoxalmente, quando o Brasil tem a mais baixa taxa de investimento e o maior nível de desemprego de sua trajetória recente, há pessoas que, incompreensivelmente, defendem seu enfraquecimento. Esse movimento se mostra ainda mais absurdo quando assistimos a diversos países correndo para criar ou fortalecer seus próprios bancos de desenvolvimento.

Com a compreensível intenção de viabilizar o pagamento do auxílio emergencial aos traba-

lhadores e de contribuir com o equilíbrio fiscal, o dispositivo da PEC 186 que propunha a retirada dos recursos do BNDES poderia, no fim das contas, transferir recursos de investimentos para custeio, comprometendo o patrimônio do FAT, e corroendo a necessária estabilidade e previsibilidade dos financiamentos de longo prazo.

Ainda por cima, tal medida não resultaria em melhora nas contas públicas, pois não teria nenhum impacto positivo no superávit do orçamento da União.

Estamos num momento decisivo. Olhando em curto prazo, precisamos recuperar a economia, restaurar empregos e aumentar a renda da população. Mais do que nunca, precisamos acelerar a modernização das nossas fábricas rumo à Indústria 4.0, aprofundar a integração internacional, promover a transição para a economia de baixo carbono, expandir a infraestrutura e avançar nas privatizações. Nessa complexa e múltipla tarefa, o BNDES terá papel decisivo.

Para que o banco continue trabalhando de modo adequado, é fundamental, ao menos, assegurar a permanência da atual parcela do FAT para a composição do seu orçamento, evitando, assim, que importantes recursos sejam desviados dos investimentos para o custeio. Registre-se que, atualmente, a parte da arrecadação do PIS/Pasep destinada ao BNDES é de 28% – pouco mais da metade do que era antes da reforma da Previdência Social, quando o índice foi reduzido.

Se quisermos ser um país capaz de competir em igualdade de condições na nova era industrial, com maior produtividade e renda per capita, com uma economia mais aberta, tecnológica e inserida no acirrado mercado global, precisaremos de políticas de fomento similares às dos nossos concorrentes.

O Brasil necessita de um BNDES eficiente e alinhado às prioridades do país. Caminhar no sentido contrário teria consequências desastrosas, que seriam sentidas em pouco tempo: menos investimentos, menos crescimento econômico, menos empregos e menor renda para os trabalhadores. Não podemos deixar que isso aconteça. ■